

TC S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	25
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	30
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022	37

Release de resultados

4T22 e 2022



TC INVESTIDORES



TRAD
B3 LISTED NM

IBRA B3

IGC B3

IGC-NM B3

IGCT B3

ITAG B3

SMLL B3

IGPTW B3



Resultados

4T22 e 2022

São Paulo, 14 de março de 2023 - O TC S.A. ("TC" ou "Companhia"), uma das plataformas mais inovadoras e tecnológicas, com produtos e serviços para investidores pessoas físicas e institucionais, bem como para clientes B2B, anuncia os seus resultados relativos ao quarto trimestre e ano de 2022 (4T22 e 2022). As informações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Videoconferência de resultados

15 de março de 2023

11h00 (horário de Brasília)

10h00 (horário de Nova York)

Assista ao vivo:

[Plataforma TC](#)

[Webcast](#)

Q&A

Utilize uma das plataformas acima para enviar perguntas

Destaques do período

4T22 e 2022

734 mil

USUÁRIOS
CADASTRADOS¹

+18% (2022/2021)

R\$ 82 mi

RECEITA
LÍQUIDA

-10% (2022/2021)

R\$ 20 mi

DESPESAS
OPERACIONAIS
AJUSTADAS²

-42% (4T22/4T21)

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Receita líquida	15.896	17.314	-8,2%	82.437	91.603	-10,0%
Custo do serviço prestado (CSV)	-10.751	-10.542	2,0%	-43.444	-35.618	22,0%
Lucro bruto ajustado³	6.620	8.378	-21,0%	45.116	58.176	-22,4%
<i>Margem bruta ajustada (%)³</i>	41,6%	48,4%	n.a.	54,7%	63,5%	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido ajustado³	-24.355	-7.579	221,3%	-46.155	17.770	n.a.
<i>Margem líquida ajustada³</i>	-153,2%	-43,8%	n.a.	-56,0%	19,4%	n.a.
EBITDA ajustado³	-9.191	-12.080	-23,9%	-37.632	-1.704	2108,6%
<i>Margem EBITDA ajustada³</i>	-57,8%	-69,8%	n.a.	-45,6%	-1,9%	n.a.

1. Incluindo usuários Sencon.

2. Exclui despesas não recorrentes no período relativas a rescisões, otimização de sistemas operacionais e assessoria jurídica.

3. Inclui ajustes ex-growth (até 2021) e itens não recorrentes. Lucro bruto inclui apenas ajustes que incidem sobre o custo.

Mensagem da administração

O ano de 2022 foi desafiador em vários aspectos, mas marcado por uma etapa de transformação no TC. No último ano, fizemos uma série de ajustes operacionais, na estrutura de custos e adicionamos novas unidades de negócio. E agora seguimos fortes, resilientes, otimistas e mais do que preparados para 2023.

Em um breve resumo do que conquistamos no último ano, criamos o nosso *Multi Family Office* (MFO) para oferecer um atendimento singular, sofisticado e com total integração com a plataforma do TC para os nossos clientes de alta renda; constituímos a *Advisory*, subsidiária integral da Companhia, que atua com assessoria em mercado de capitais focada em empresas do *middle market*, incluindo operações de emissão de ações (ECM), de dívida (DCM) ou até mesmo em fusões e aquisições (M&As); e lançamos a primeira versão do TC Economática, um terminal de inteligência de dados e política com uma visão em tempo real e exclusiva do mercado.

Adquirimos participação majoritária da TC Sfoggia, empresa focada em otimização tributária, adicionando mais um serviço essencial para os nossos clientes do segmento B2B. Também realizamos investimentos na Arko Advice, Arko Digital e na Galícia Educação. E não paramos por aí.

Em abril de 2022, anunciamos a chegada de Pedro Henrique Feres, atual Vice-Presidente da Companhia, que passou a integrar o time com a missão de impulsionar o transacional e reforçar o modelo *one-stop-shop* da Plataforma TC, tornando-a ainda mais robusta, completa e única no mercado.

Adquirimos a Pandhora, gestora do TC que, além dos fundos multiestratégia quantitativos que já oferecia, vem lançando novos produtos e realizando a abertura de diversas contas. Uma das novidades é o TC Cosmos Fundo de Investimento Multimercado, que já possui um patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 30 milhões desde o seu lançamento, apenas 3 meses atrás. Também está no pipeline disponibilizar em breve o TC Digital Assets, um fundo exclusivo de criptoativos.

Anunciamos a compra da Dibran, uma das mais conceituadas e tradicionais distribuidoras de títulos e valores mobiliários independentes do mercado, que oferece serviços de assessoria financeira e operações de câmbio. A Dibran será a futura corretora do TC e trará uma visão 360° para o nosso ecossistema e o transacional para dentro da Companhia. Importante ressaltar que essa aquisição está sujeita à aprovação pelo Banco Central - ainda em andamento.

No começo do primeiro semestre de 2023, lançaremos um app no modelo *white label*, onde estarão disponíveis os fundos da Pandhora e diversas opções de investimentos, incluindo ações, derivativos, opções, ETFs e outros, em um só lugar e com diversos benefícios exclusivos do TC.

Além disso, em 2022 foi constituído o conselho consultivo, visando auxiliar na execução da fase transacional do TC e na estratégia da nossa corretora. Norberto Giangrande e Eduardo Barone são os dois grandes nomes do mercado financeiro que se juntaram ao time como membros do conselho.

São movimentos importantes que potencializam o diferencial competitivo do TC, ampliam a gama de produtos e serviços oferecidos, além de configurar novas fontes de receita para a Companhia.

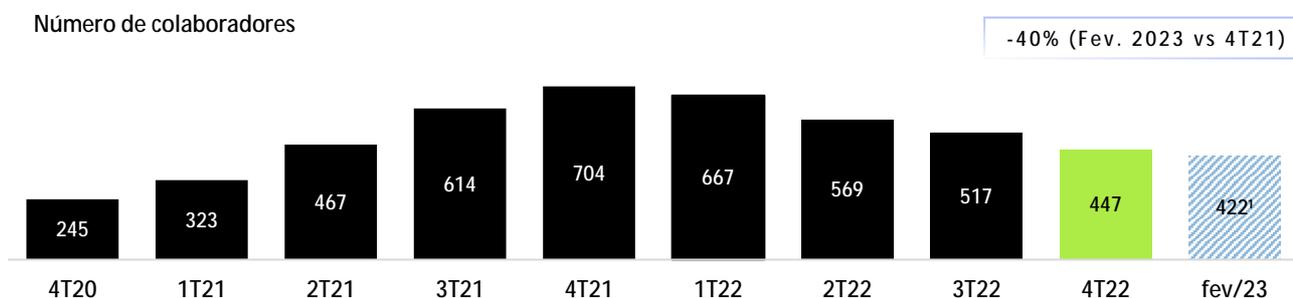
Para encerrar, quero reforçar que estamos empenhados em criar um ecossistema ímpar e indispensável no dia a dia daqueles que atuam no mercado de capitais, sejam eles investidores pessoa física, empresas, fundos de investimentos ou *assets*. Procuramos, a partir de agora, retomar o crescimento do TC com todas essas iniciativas, mas com uma disciplina muito grande na parte de gastos.

Pedro Albuquerque
Fundador e CEO do TC

Desempenho financeiro e operacional

CORPORATIVO

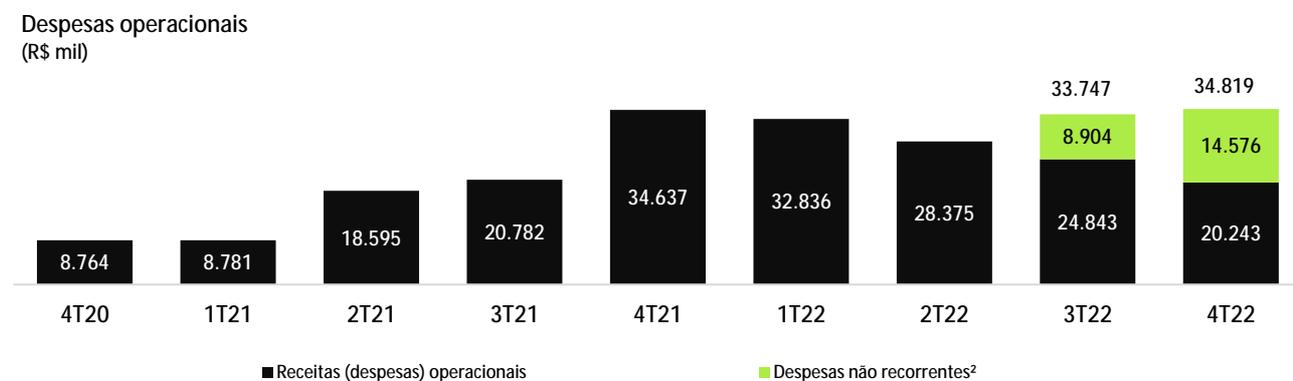
O TC encerrou 2022 com o *headcount* de 447 colaboradores, valor 13,5% e 36,5% inferior em relação ao número registrado no trimestre anterior e na comparação anual, respectivamente. Como é possível verificar no gráfico abaixo, houve uma redução significativa desse indicador ao longo do último ano, reflexo da disciplina de custos e despesas adotada pela Companhia nesse período. Importante notar ainda que a redução de colaboradores continuou nos primeiros meses de 2023, totalizando 40,1% a menos em fevereiro de 2023 quando comparado ao 4T21.



1. Número de colaboradores em 28 de fevereiro de 2023.

As despesas operacionais totais somaram R\$ 34,8 milhões no 4T22, valor 3,2% superior ao período imediatamente anterior, enquanto as despesas operacionais excluindo itens não recorrentes reduziram 41,6% no último trimestre quando comparadas ao 4T21.

Essa diminuição é resultado do processo de gestão e disciplina de custos e despesas que a Companhia adotou desde o início de 2022, que seguirá como foco em 2023 visando retomar com velocidade sua rentabilidade operacional. As principais medidas desse processo incluem a redução de *headcount*; a revisão de todos os gastos com ferramentas e infraestrutura; e a renegociação com fornecedores.



2. Despesas não recorrentes no período relativas a rescisões, otimização de sistemas operacionais e assessoria jurídica.

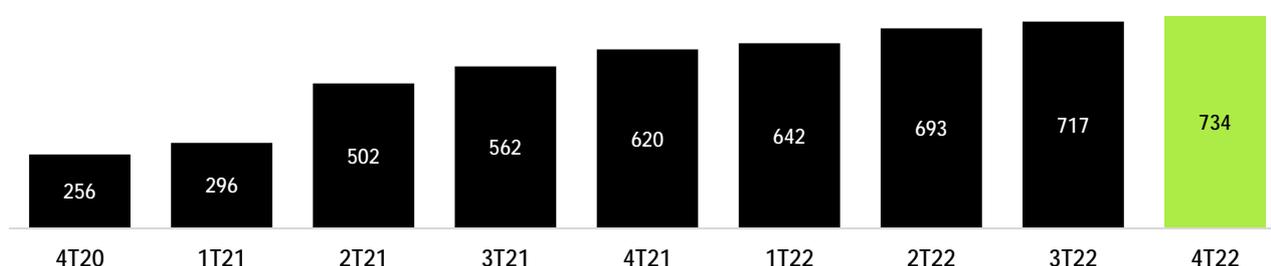
USUÁRIOS CADASTRADOS

O TC encerrou o ano de 2022 com 734 mil usuários cadastrados, um aumento de 2,4% em relação ao 3T22 e de 18,4% na comparação com dezembro de 2021.

O número crescente no cadastro de usuários mostra que a estratégia adotada pela Companhia, focada na expansão da base de usuários cadastrados, atrelada à inclusão de novos produtos e ativos dentro da plataforma para posterior conversão em assinaturas e outros serviços monetizados oferecidos pelo TC, tem sido eficaz.

Número de usuários cadastrados¹
(mil)

+18% (4T22/4T21)



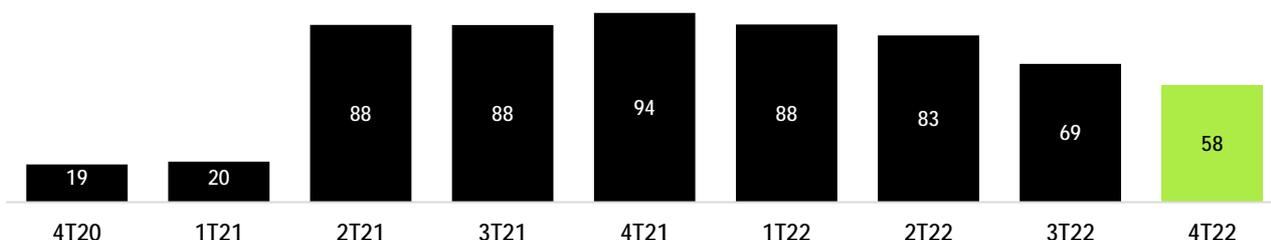
1. Números a partir do 2T21 incluem usuários da Sencon.

USUÁRIOS PAGANTES

Ao final do 4T22, o número de usuários pagantes totalizava 58 mil, valor 15,9% inferior em relação ao período imediatamente anterior, reflexo da redução das assinaturas individuais do B2C (plataforma).

Número de usuários pagantes¹
(mil)

-16% (4T22/3T21)



1. Números a partir do 2T21 incluem usuários da Sencon.

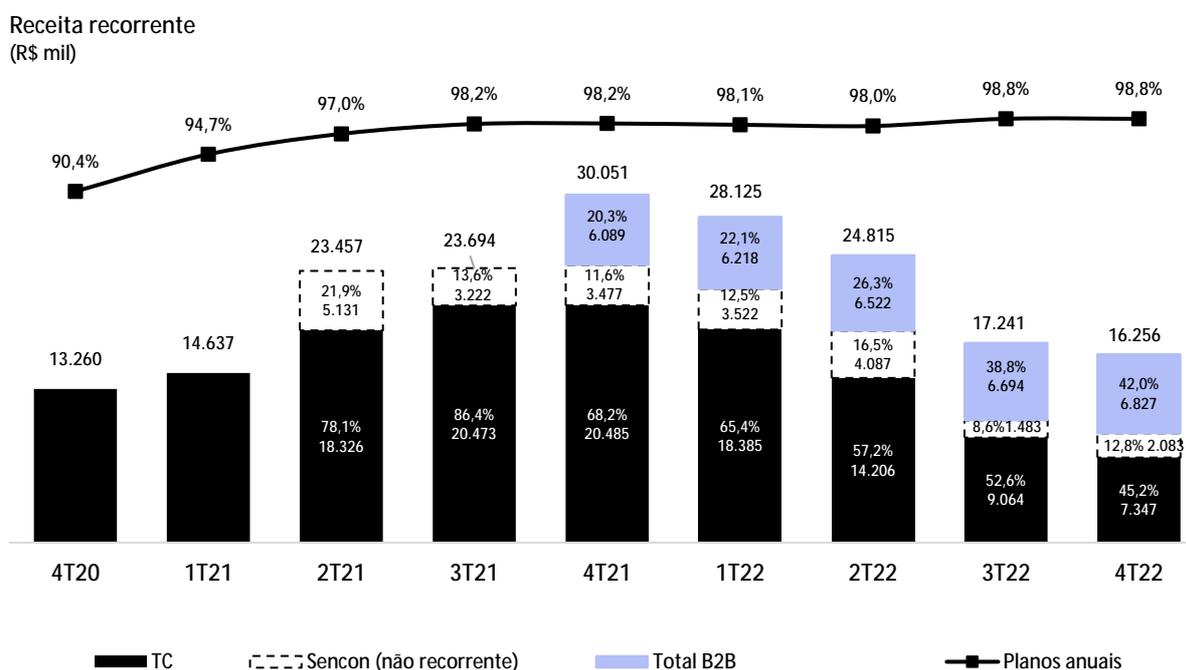
RECEITA RECORRENTE

O TC adota o modelo SaaS (*Software as a Service*) e possuía, no final de dezembro de 2022, 98,8% das suas assinaturas atreladas a planos anuais com renovação automática, proporcionando resiliência e maior previsibilidade de receita. Como é possível observar no gráfico abaixo, houve uma expansão na contratação de assinaturas anuais (+0,6 p.p. comparado ao 4T21), enquanto na variação trimestral se manteve estável.



A receita recorrente da Companhia atingiu R\$ 16,3 milhões no 4T22, uma redução na comparação com os períodos anteriores, refletindo o número menor de usuários pagantes do *B2C* no trimestre.

Importante destacar o crescimento nas receitas da Sencon que foram 40,5% superiores no 4T22 em relação ao 3T22. Além disso, as receitas advindas de clientes institucionais (*B2B*) seguem evoluindo a cada período e, em dezembro de 2022, apresentaram um aumento de 2,0% em relação ao trimestre anterior e de 12,1% quando comparado com o 4T21.

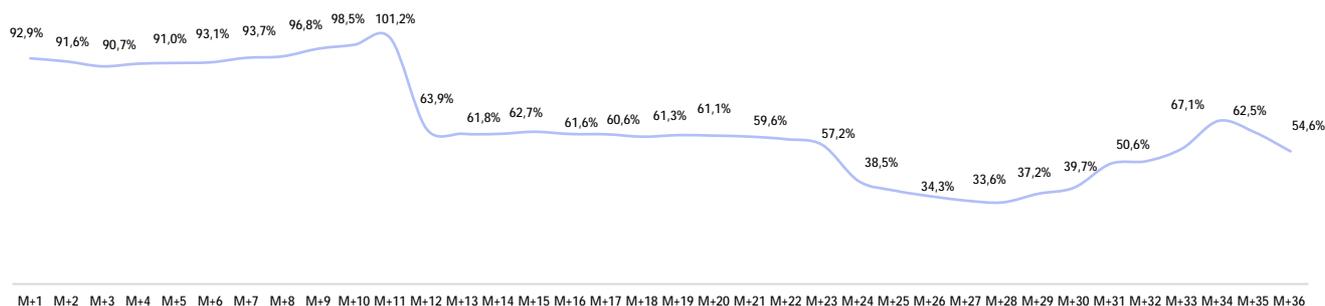


RETENÇÃO DE RECEITA

O gráfico abaixo tem como objetivo indicar o comportamento médio da retenção de receita contratada pelos clientes do TC medido pelos *cohorts* mensais. O comportamento da curva obtida indica que, entre as movimentações dos clientes (*upgrades*, *downgrades*, *cross sell* e cancelamentos), a receita dos *cohorts* do TC é, em média, bem suportada durante o primeiro ano.

A queda observada nos períodos M+12 e M+24 reflete a sazonalidade de renovação dos planos, dado que grande parte deles é anual e compõe parte significativa da receita. Nos períodos seguintes, é possível observar uma recuperação de receita dos clientes que permaneceram no *cohort* - o que se dá especialmente em função da experiência do cliente durante sua jornada na plataforma, do lançamento de novos produtos e de campanhas promocionais.

Retenção de receita líquida mensal
Segmento B2C (%)



1. Incluem dados da receita recorrente e não recorrente do B2C.

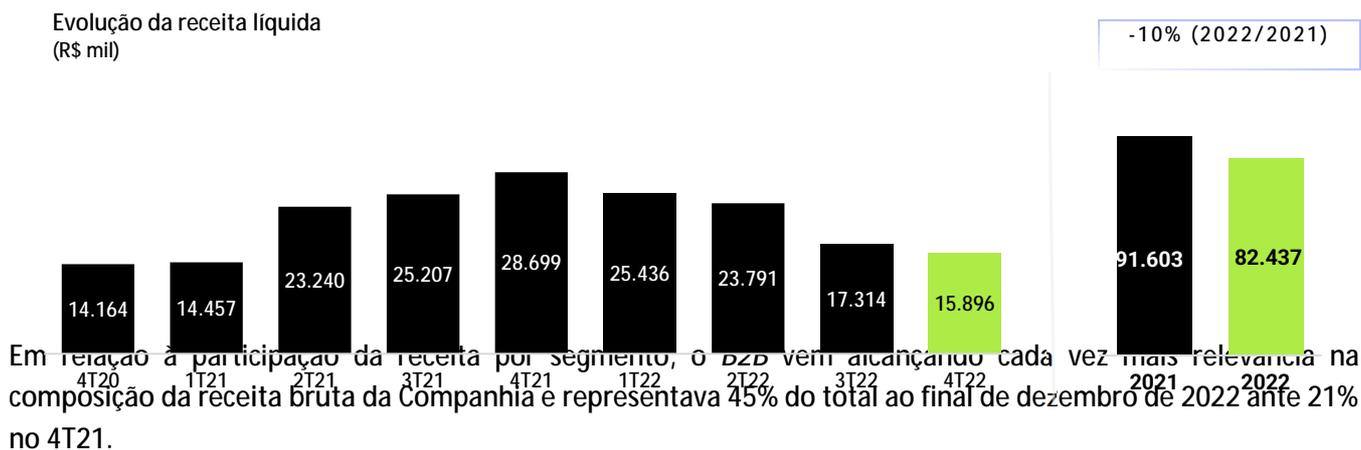
RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 15,9 milhões no 4T22 e R\$ 82,4 milhões no acumulado do ano, valores 8,2% e 10,0% inferiores em relação ao 3T22 e 2021, respectivamente. Essa diferença se deu principalmente em decorrência da variação no número de usuários pagantes no período.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Receita bruta	17.676	19.180	-7,8%	92.174	103.300	-10,8%
Deduções	-1.780	-1.866	-4,6%	-9.737	-11.697	-16,8%
Receita líquida	15.896	17.314	-8,2%	82.437	91.603	-10,0%

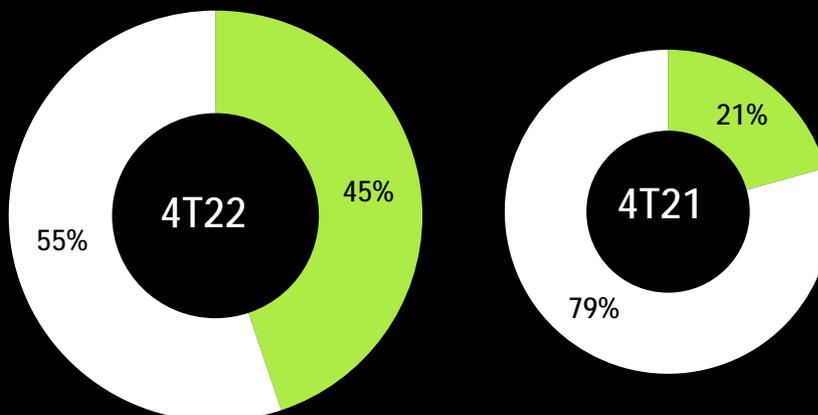
A Companhia vem trabalhando continuamente para melhorar sua rentabilidade operacional e agregar valor aos seus acionistas por meio do aumento da participação do B2B no seu faturamento, do desenvolvimento da plataforma, expansão do seu portfólio e da criação de novos negócios.

Evolução da receita líquida
(R\$ mil)



COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA

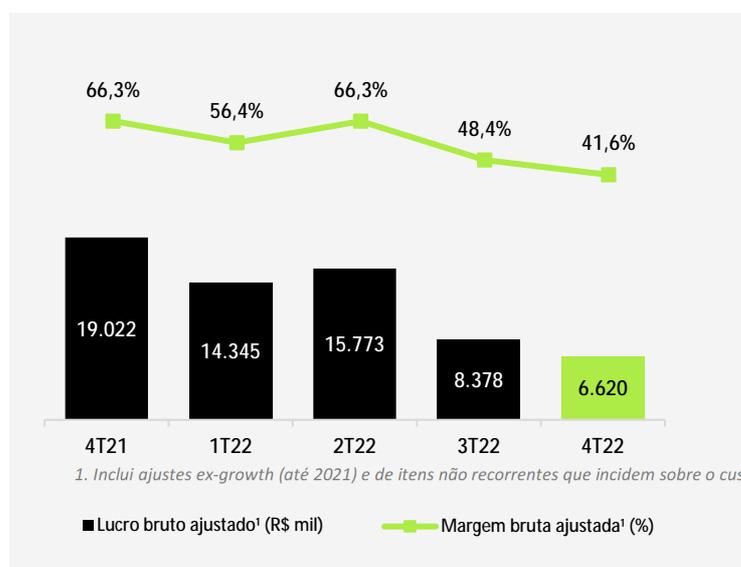
■ B2B
■ B2C



LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto, incluindo efeitos não recorrentes que estão no custo, totalizou R\$ 6,6 milhões no 4T22 e R\$ 45,1 milhões no ano de 2022, com margens brutas ajustadas de 41,6% e 54,7% respectivamente.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Receita líquida	15.896	17.314	-8,2%	82.437	91.603	-10,0%
Custo do serviço prestado (CSV)	-10.751	-10.542	2,0%	-43.444	-35.618	22,0%
Lucro bruto	5.145	6.772	-24,0%	38.993	55.985	-30,4%
<i>Margem bruta</i>	<i>32,4%</i>	<i>39,1%</i>	<i>n.a.</i>	<i>47,3%</i>	<i>61,1%</i>	<i>n.a.</i>
Ajustes de custos operacionais ¹	1.475	1.606	-8,1%	6.123	2.191	179,5%
Lucro bruto ajustado ¹	6.620	8.378	-21,0%	45.116	58.176	-22,4%
<i>Margem bruta ajustada (%)¹</i>	<i>41,6%</i>	<i>48,4%</i>	<i>n.a.</i>	<i>54,7%</i>	<i>63,5%</i>	<i>n.a.</i>



O CSV, que representa os custos que incidem sobre um serviço prestado, totalizou R\$ 10,8 milhões no 4T22, 2,0% superior em relação ao trimestre anterior. No acumulado do ano, o CSV foi de R\$ 43,4 milhões em 2022, um aumento de 22,0% na comparação com 2021. A variação obtida nesses períodos se deu principalmente em decorrência do pagamento de rescisões de colaboradores junto com os custos de desenvolvimento do produto.

RESULTADO OPERACIONAL

As despesas operacionais atingiram R\$ 34,8 milhões no 4T22, 3,2% superior quando comparado ao trimestre anterior. Já no acumulado de 2022, as despesas operacionais totalizaram R\$ 129,8 milhões, valor superior em relação ao mesmo período de 2021 principalmente em decorrência de rescisões, serviços de consultoria e gastos extraordinários com assessoria jurídica.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Receitas (despesas) operacionais ajustadas ¹	-20.243	-24.843	-18,5%	-106.297	-82.795	28,4%
Despesas não recorrentes	-14.576	-8.904	63,7%	-23.480	-	n.a.
Receitas (despesas) operacionais	-34.819	-33.747	3,2%	-129.777	-82.795	56,7%
Gerais e administrativas	-23.637	-25.662	-7,9%	-96.406	-66.431	45,1%
Despesas com vendas / marketing	-5.683	-6.506	-12,6%	-26.701	-18.425	44,9%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-5.556	-1.411	293,8%	-6.132	2.058	n.a.
Equivalência patrimonial	57	-168	n.a.	-538	3	n.a.

1. Inclui ajustes de despesas não recorrentes no período relativas a rescisões, otimização de sistemas operacionais e assessoria jurídica.

RESULTADO FINANCEIRO

A Companhia apresentou um prejuízo financeiro de R\$ 5,3 milhões no 4T22, efeito dos investimentos em participação na 2TM Holding Company Ltd. E despesas de operações com derivativos.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Resultado financeiro líquido	-5.334	14	n.a.	-3.587	9.598	n.a.
Receita financeira	22.915	27.068	-15,3%	87.805	12.277	615,2%
Despesa financeira	-28.249	-27.054	4,4%	-91.392	-2.679	3311,4%

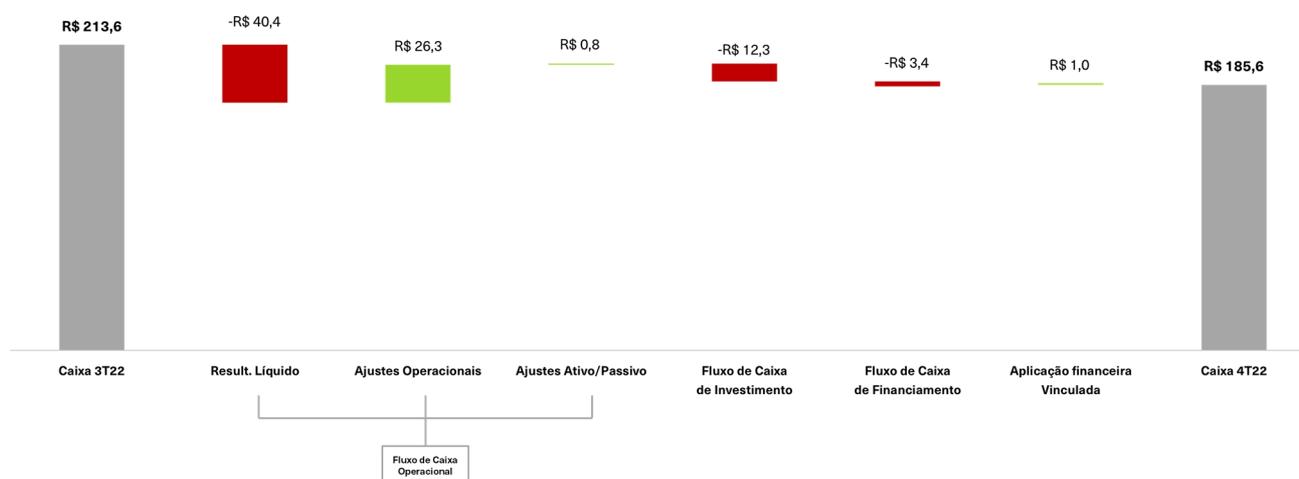
ESTRUTURA DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa do TC ao final de dezembro de 2022, era de R\$ 185,6 milhões, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

(R\$ mil)	2022	2021	Var. (%)	3T22	Var. (%)
Bancos	8.534	5.618	51,9%	6.625	28,8%
Aplicações financeiras	139.079	312.815	-55,5%	169.982	-18,2%
Caixa e equivalentes de caixa	147.613	318.433	-53,6%	176.607	-16,4%
Aplicação financeira vinculada ¹	37.945	-	<i>n.a</i>	36.980	<i>n.a</i>
Total	185.558	318.433	-41,7%	213.587	-13,1%

1. Aplicações financeiras vinculadas como garantia de instrumentos financeiros derivativos.

Como pode ser observado, a Companhia continua confortável em relação às suas disponibilidades, sobretudo ao analisar, em conjunto, o seu baixo endividamento.



2. Não são contabilizadas as operações de derivativos.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

No último trimestre, após exclusão de itens não recorrentes, a Companhia obteve prejuízo líquido de R\$ 24,3 milhões. Os ajustes foram incluídos a fim de refletir a real situação do TC, a par dos acontecimentos extraordinários e gastos com rescisões de funcionários e serviços de consultoria e advogados.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Lucro bruto	5.145	6.772	-24,0%	38.993	55.985	-30,4%
(+/-) Resultado operacional	-29.674	-26.975	10,0%	-90.784	-82.795	9,6%
(+/-) Resultado financeiro	-5.334	14	n.a.	-3.587	9.598	n.a.
(+/-) IR/CSLL	-5.398	8.872	-160,8%	12.398	18.413	-32,7%
Lucro (prejuízo) líquido	-40.406	-18.089	123,4%	-81.973	1.201	n.a.
<i>Margem líquida</i>	<i>-254,2%</i>	<i>-104,5%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-99,4%</i>	<i>1,3%</i>	<i>n.a.</i>
(+/-) Itens não recorrentes ¹	16.051	10.510	52,7%	35.818	6.946	415,7%
(+/-) Ajuste de <i>growth</i> ²	-	-	n.a.	-	9.623	n.a.
Lucro (prejuízo) líquido ajustado ³	-24.355	-7.579	221,3%	-46.155	17.770	n.a.
<i>Margem líquida ajustada</i> ³	<i>-153,2%</i>	<i>-43,8%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-56,0%</i>	<i>19,4%</i>	<i>n.a.</i>

1. Referem-se aos gastos não recorrentes relativos a M&As/processos legais (assessoria jurídica), impairment de goodwill e otimização de sistemas operacionais.
2. Refere-se à exclusão dos efeitos das contratações realizadas em 2021 com o objetivo de acelerar o lançamento de produtos e ajudar na integração das empresas adquiridas.
3. Inclui ajustes de itens não recorrentes e ex-growth.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Após ajustes de itens não recorrentes, a Companhia apurou EBITDA ajustado negativo em R\$ 12,8 milhões ao final do 4T22, com margem EBITDA ajustada de -80,6%. No acumulado dos últimos doze meses encerrados em dezembro de 2022, levando em conta as mesmas métricas de ajuste, a Companhia atingiu EBITDA negativo de R\$ 41,2 milhões com margem EBITDA de -50,0%.

(R\$ mil)	4T22	3T22	Var. (%)	2022	2021	Var. (%)
Lucro (prejuízo) líquido	-40.406	-18.089	123,4%	-81.973	1.201	n.a.
(+/-) IR/CSLL	-5.398	8.872	n.a.	12.398	18.413	-32,7%
(+/-) Resultado financeiro	-5.334	14	n.a.	-3.587	9.598	n.a.
(+/-) Depreciação/amortização	4.432	4.385	1,1%	17.334	8.537	103,0%
EBITDA	-25.242	-22.590	11,7%	-73.450	-18.273	302,0%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-158,8%</i>	<i>-130,5%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-89,1%</i>	<i>-19,9%</i>	<i>n.a.</i>
(+/-) Itens não recorrentes ¹	16.051	10.510	52,7%	35.818	6.946	415,7%
(+/-) Ajuste de <i>growth</i> ²	-	-	<i>n.a.</i>	-	9.623	<i>n.a.</i>
EBITDA Ajustado ³	-9.191	-12.080	-23,9%	-37.632	-1.704	-95,5%
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i> ³	<i>-57,8%</i>	<i>-69,8%</i>	<i>n.a.</i>	<i>-45,6%</i>	<i>-1,9%</i>	<i>n.a.</i>

1. Referem-se aos gastos não recorrentes relativos a M&As/processos legais (assessoria jurídica), impairment de goodwill e otimização de sistemas operacionais.
2. Refere-se à exclusão dos efeitos das contratações realizadas em 2021 com o objetivo de acelerar o lançamento de produtos e ajudar na integração das empresas adquiridas.
3. Inclui ajustes de itens não recorrentes e ex-growth.

Eventos subsequentes

ENCERRAMENTO DA ATUAÇÃO DE RAFAEL FERRI NO TC E INÍCIO DE NEGOCIAÇÕES PARA VENDA DE SUA POSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 9 de fevereiro de 2023, o TC informou, por meio de Fato Relevante, que a Companhia e o Sr. Rafael Ferri encerraram, em comum acordo, o Contrato de Prestação de Serviços (“Contrato”) que mantinham vigente.

Com o encerramento do Contrato, Rafael Ferri deixou de exercer qualquer atividade relacionada à Companhia, inclusive de contribuidor da plataforma TC.

Além disso, o TC informou que estão sendo iniciadas as tratativas para alienação das ações de emissão da Companhia detidas pela Startups BR, empresa controlada por Rafael Ferri, com investidores estratégicos e/ou financeiros. A intenção é de que a operação seja realizada através de uma venda privada, fora do ambiente de bolsa.

ELEIÇÃO DE VICE-PRESIDENTE

Em 13 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição do Sr. Pedro Henrique Feres (“Feres” ou “PH”) ao cargo de Diretor Vice-Presidente (“Vice-Presidente”) da Companhia.

Com ampla experiência no mercado financeiro e com corretora de valores, Feres já atuou em empresas como Santander, Link Investimentos (atual Banco UBS), Itaú BBA; e atuou como Managing Director na Terra Investimentos entre 2015 e 2022, momento em que ingressou na Companhia como Diretor Executivo para operacionalizar a corretora do TC.

O cargo foi criado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2022 e visa o aprimoramento da estrutura de governança e da gestão dos negócios e atividades da Companhia, além de contribuir para maior eficiência na tomada de decisões. Ademais, frente ao cargo de Vice-Presidente, PH atuará - em conjunto com o CEO, Pedro Albuquerque Filho e demais executivos - na missão de expandir e acelerar o segmento transacional do TC.

ATUALIZAÇÕES SOBRE O VÍDEO CRIMINOSO DIVULGADO CONTRA A COMPANHIA

- Em 31 de janeiro de 2023, foi veiculado na imprensa a conclusão de perícias (“Perícias”) emitidas por Perito Criminal Federal vinculado ao Setor Técnico-Científico – Núcleo de Criminalística (“SETEC”), órgão máximo para perícias científicas da Polícia Federal que visam identificar a pessoa envolvida no vídeo criminoso divulgado contra o TC.

Essas Perícias - que comparam a imagem e a voz da palhaça do vídeo apócrifo com as de uma amiga íntima do CEO da Empiricus, empresa do banco BTG Pactual, em vídeo de evento pessoal disponibilizado no YouTube - apresentaram o resultado “nível +3”, um dos mais elevados da escala utilizada, “corroborando fortemente com a hipótese de se tratar da mesma pessoa” em ambos os casos, ou seja, tanto na comparação visual quanto na de voz.

- Em 1 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou uma coletiva de imprensa que contou com a participação de Tomás Barros, Head Jurídico da Companhia, Roberto Podval, Advogado Criminalista, e Luciano Godoy, Advogado Cível. Em linhas gerais, no evento foi realizada uma breve atualização sobre os acontecimentos mais recentes relacionados ao caso do vídeo utilizado para manipular o mercado e atacar a reputação do TC.



O vídeo da coletiva na íntegra poderá ser acessado no canal do TC no YouTube (@tcinvestimentos), pelo link <https://youtu.be/xq1urz9Plv8>, e na própria plataforma do TC, na função “Vídeos”, cujos apps estão disponíveis na App Store (iOS) e Play Store (Android).

- Em 10 de fevereiro de 2023, foi divulgado um Laudo Prosopográfico (“Laudo”) emitido por área subordinada à Diretoria de Polícia Administrativa da Polícia Federal, com análise da comparação apenas das imagens, sem análise vocal. Este Laudo foi produzido por papiloscopistas, profissionais responsáveis sobretudo por identificações de impressões digitais e retratos falados. Este segundo Laudo, feito em apenas sete dias úteis e solicitado após a conclusão positiva do laudo oficial feito pelo setor competente para tal, indicou um resultado diverso, negativo.

As considerações técnicas e jurídicas acerca do Laudo estão sendo devidamente tratadas pela Companhia nos autos do inquérito, que segue confiante no trabalho das autoridades competentes para que os responsáveis sejam devidamente identificados e responsabilizados.

CONVERSÃO DO INSTRUMENTO DE INVESTIMENTO NA 2TM

Em Fato Relevante divulgado em 6 de outubro de 2021, a Companhia divulgou a celebração do Contrato de Investimento via aquisição de Notas Conversíveis de emissão da 2TM Holding Company Ltd. (“2TM”), no valor total de US\$ 15 milhões, (“*Convertible Notes*”). Essas *Convertible Notes* poderiam ser convertidas em ações de emissão da 2TM, caso verificados determinados eventos de liquidez previstos em sua escritura, seguindo práticas usuais de mercado.

Diante do exposto acima, a Companhia informa que as *Convertible Notes* foram totalmente convertidas, totalizando 135.738 ações representativas de 1% de participação na 2TM.

JULGAMENTO TEMAS 881 E 885 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável as empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderão seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária.

A Companhia avaliou o tema julgado nessa decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição. A Companhia ainda avaliou outros tributos que se enquadram na definição contida na decisão proferida e não há causas com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, portanto, nenhum impacto foi observado na presente Demonstração contábil individuais e consolidadas da Companhia.



Informações adicionais

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

A política da Empresa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Grant Thornton Auditores Independentes foi contratada para a execução de serviços apenas relacionados à auditoria externa.

Anexos

BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

(R\$ mil)	2022	2021
ATIVO	583.780	646.582
Ativo circulante	209.612	346.813
Caixa e equivalentes de caixa	147.613	318.433
Aplicação financeira vinculada	37.945	-
Contas a receber	9.340	15.034
Adiantamentos	2.201	1.520
Impostos a recuperar	6.081	6.183
Outros créditos	6.432	5.643
Ativo não circulante	374.168	299.769
Outros créditos	8.959	2.816
Ativo fiscal diferido	35.302	20.241
Ativos financeiros	80.300	87.459
Partes relacionadas	4.233	-
Investimentos	46.943	23.128
Imobilizado	16.527	23.338
Intangível	181.904	142.787
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	583.780	646.582
Passivo circulante	49.558	28.914
Obrigações sociais e trabalhistas	4.548	6.041
Obrigações tributárias	1.231	1.450
Passivo de contrato	2.796	4.269
Arrendamento	3.489	3.662
Outras contas a pagar	14.234	13.435
Derivativos - passivo	22.549	-
Dividendos a pagar	711	57
Passivo não circulante	731	4.457
Arrendamento	506	4.363
Provisão para contingências	225	94
Patrimônio líquido	532.364	613.211
Capital social	581.164	581.164
Reserva de capital	25.975	36.640
Ações em tesouraria	-1.223	-13.301
Reserva de lucros	-	8.708
Lucro (prejuízo) acumulado	-73.552	-
Participação não controladores	1.127	-
Patrimônio líquido total	533.491	613.211

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (CONSOLIDADO)

(R\$ mil – valores acumulados)	2022	2021
Receita líquida	82.437	91.603
Custo do serviço prestado (CSV)	-43.444	-35.618
Lucro bruto	38.993	55.985
Receitas (despesas) operacionais	-129.777	-82.795
Despesas com vendas / marketing	-26.701	-18.425
Gerais e administrativas	-96.406	-66.431
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-6.132	2.058
Equivalência patrimonial	-538	3
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	-90.784	-26.810
Receita financeira	87.805	12.277
Despesa financeira	-91.392	-2.679
Resultado financeiro líquido	-3.587	9.598
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-94.371	-17.212
Imposto de renda e contribuição social corrente	-2.663	-1.828
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.061	20.241
Lucro (prejuízo) líquido	-81.973	1.201

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONSOLIDADO)

(R\$ mil – valores acumulados)	2022	2021
Das atividades operacionais		
Resultado do período	-81.973	1.201
Ajustes por	-43.165	-7.664
Depreciações e amortizações	17.334	8.537
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	1.062	-
Baixa por impairment	2.740	-
Baixa líquida de arrendamento financeiro	79	-
Opções outorgadas reconhecidas	576	1.957
Varição cambial	8.159	-
Provisão para contingências	131	94
Resultado de equivalência patrimonial	538	-3
Imposto diferido	-15.061	-20.241
Resultado de derivativos	22.549	-
Despesa de juros	701	791
Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Contas a receber	5.694	-8.110
Adiantamentos	-641	-1.396
Impostos a recuperar	105	-6.096
Dividendos recebidos de investidas	1.603	-
Outros créditos	-7.736	-6.882
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Obrigações sociais e trabalhistas	-1.507	3.935
Obrigações tributárias	-306	-1.605
Passivo de contrato	-1.473	2.294
Outras contas a pagar	-9.710	4.743
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	-57.136	-20.781
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	-26.184	-113.847
Outros ativos	-	-87.459
Aplicação financeira vinculada	-37.945	-
Combinação de negócios	-8.258	-
Aquisição de imobilizado	-1.165	-14.428
Aquisição de intangível	-31.855	-14.338
Efeito líquido da incorporação	-	2.892
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	-105.407	-227.180
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	-4.698	-2.768
Partes relacionadas - ativo	-4.233	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-13.182
Dividendos pagos	654	-
Integralização de capital	-	576.164
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	-8.277	560.214
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-170.820	312.253
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	318.433	6.180
No final do exercício	147.613	318.433
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-170.820	312.253

Glossário

AMORTIZAÇÃO: É o pagamento de uma dívida, de maneira parcelada, por um período pré-estabelecido. Ou seja, o pagamento de um empréstimo, financiamento ou algo semelhante, por meio de parcelas.

ATIVO: Bens, valores ou créditos que formam o patrimônio de uma pessoa ou de uma empresa.

AUM (ASSET UNDER MANAGEMENT): Referem-se ao valor total de ativos que uma empresa de gestão de investimentos detém.

B2B (BUSINESS TO BUSINESS): Modelo de negócio “empresa para empresa” onde o cliente final é uma outra empresa ou organização.

B2C (BUSINESS TO CONSUMER): Modelo de negócio “empresa para consumidor” onde o cliente final é uma pessoa física.

BALANÇO PATRIMONIAL: É uma demonstração contábil que apresenta um “retrato” da posição patrimonial da firma.

BR GAAP: Refere-se ao conjunto de normas contábeis vigentes no Brasil.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Caixa é o montante em espécie e depósitos bancários disponíveis de uma empresa. Os Equivalentes de Caixa são todas aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

COHORT: *Cohort* é um conceito com intuito de classificar um grupo de usuários com comportamentos semelhantes.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL): Complemento da tributação do Imposto de Renda.

(CSV) CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS: Representa os custos que incidem sobre a venda de um produto ou serviço prestado por uma empresa.

DEPRECIÇÃO: A depreciação indica o quanto do valor de um ativo foi utilizado. Ela é usada em contabilidade para tentar igualar o custo de um ativo à renda que o ativo ajuda a empresa a ganhar.

DESPESAS OPERACIONAIS: Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas, ou SG&A (*Selling, General & Administrative Expenses*). Incluem todos os custos que não são relacionados diretamente à produção (salários dos funcionários e as despesas com *marketing*, por exemplo).

DCM (DEBT CAPITAL MARKET): Modalidade de financiamento para empresas a partir da emissão de título de dívidas.

DOWNGRADE: Solicitação do usuário final do serviço pela troca de um plano para um de menor custo do que o contratado inicialmente.

EBITDA/EBITDA AJUSTADO: Indicador financeiro que informa o lucro de uma companhia antes de serem descontados o que a empresa gastou em juros e impostos, bem com o que perdeu em depreciação e amortização. Quando é divulgado como “ajustado”, significa que o cálculo foi feito de forma customizada por uma empresa, usando regras próprias.

ECM (EQUITY CAPITAL MARKETS): Modalidade de captação de recursos para empresas, por meio da emissão de ações ou outros instrumentos financeiros, como derivativos, swaps, futuros e opções.

HEADCOUNT: É o número de funcionários de uma empresa.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS (IFRS): Em português significa Normas Internacionais de Relatório Financeiro. É o conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).

IMPAIRMENT: Significa “deterioração” na tradução livre para o português e se trata da análise, pela Companhia, sobre a desvalorização dos seus ativos.

IMPOSTO DE RENDA (IR): Tributo federal que incide sobre o lucro.

GOODWILL: É o valor adicional entre o valor pago pela compra de uma empresa e o valor que a adquirida vale efetivamente.

LUCRO BRUTO: Lucro operacional bruto ou lucro de vendas é a diferença entre a receita de uma empresa em relação aos seus custos variáveis (matérias-primas, custos de produção, comissões e demais insumos produtivos).

LUCRO LÍQUIDO: Rendimento real de uma empresa, calculado pela diferença entre a receita total, os custos e despesas totais, as receitas e despesas financeiras e os impostos.

MARGEM BRUTA: Resultado da divisão do Lucro Bruto pela Receita Líquida. Ela apresenta a rentabilidade do negócio, segundo uma porcentagem de lucro que a empresa ganha nas suas vendas.

MARGEM EBITDA: Diferença entre o valor do EBITDA pelo valor da receita, representando a parcela da receita que gerou caixa para a Companhia.

MARGEM LÍQUIDA: Resultado da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida, o qual indica a porcentagem de lucro em relação às receitas totalizadas no período.

M&A (MERGERS AND ACQUISITIONS): Fusões e aquisições, em português. Fusão é uma operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova. Aquisição é a compra de uma empresa por outra.

MIDDLE MARKET: Segmento de mercado de empresas classificadas como sendo de médio porte.

PASSIVO: É o saldo de tudo que é devido por alguém ou por uma companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido representa o valor residual dos ativos de uma empresa depois de deduzidos todos os seus passivos.

RECEITA BRUTA: Representa o montante da receita proveniente de uma transação entre entidade e comprador que deve ser mensurada pelo valor justo. Pode ser proveniente tanto da venda de bens como também da prestação de serviços.

RECEITA LÍQUIDA: Representa o resultado das vendas e prestação de serviços após a dedução dos custos, descontos, abatimentos, devoluções e os impostos que incidem sobre vendas/serviços.

RESULTADO FINANCEIRO: Diferença entre o total das receitas financeiras (rendimentos não relacionados com as atividades da empresa, como juros e descontos) e as despesas financeiras (gastos não relacionados com as atividades da empresa, como empréstimos, IOF e tarifas bancárias).

SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE): SaaS, ou *Software as a Service*, é uma forma de disponibilizar *softwares* e soluções de tecnologia por meio da Internet, como um serviço.

UPGRADE: O termo *upgrade* faz referência à solicitação de um cliente pela troca de um plano de serviços para um plano superior àquele contratado inicialmente.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
TC S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do TC S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TC S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita (notas explicativas no 6 item “d” e nº 23)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Devido ao setor de atuação, a Companhia possui montante significativo de receitas de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos realizados através de sua plataforma digital. Tais receitas são reconhecidas no momento em que as respectivas obrigações de desempenho são atendidas e envolvem montantes relevantes, pulverizados e descentralizados que, em sua maioria, são liquidados por meio de operações parceladas via cartões de crédito por parte dos usuários. Considerando o volume transacionado das vendas parceladas e a determinação dos controles para identificar e mensurar as vendas a serem faturadas ao longo do tempo (no momento em que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho), consideramos, novamente, o reconhecimento de receita de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos como um dos principais assuntos de auditoria no exercício corrente.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do processo e levantamento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas com assinaturas e treinamentos através do desenho dos controles internos relevantes relacionados ao processo de mensuração das receitas, bem como análise das premissas utilizadas pela administração da Companhia para o reconhecimento de receitas, observando se as políticas para reconhecimento das receitas estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Boards* (IASB);
- Realização de procedimentos substantivos (testes de detalhe) para as vendas com assinaturas, cursos e treinamentos através de amostragens selecionadas de forma estatística, tendo como objetivo a análise e a validação do reconhecimento e mensuração das vendas de acordo com o plano contratado por cada usuário; e
- Avaliação das divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas, critérios e metodologias utilizadas pela Companhia para mensuração, registro e divulgação das receitas de prestação de serviços com assinaturas, cursos e treinamentos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Combinação de negócios e investimentos em coligadas (Notas Explicativas nº 6 item “b” e nº 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia adquiriu as empresas TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda. e Pandhora Investimento Ltda. e adquiriu participação nas coligadas Arko Advice e Arko Digital.

As aquisições foram contabilizadas como uma combinação de negócios e investimentos em coligadas pela Companhia, e representaram valores significativos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme divulgado nas notas explicativas nº 6. item “b” e nº 11.

Esse assunto foi considerado, novamente, significativo para nossa auditoria pelos julgamentos envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e a consequente alocação do preço de aquisição e determinação do ágio, além da magnitude dos montantes envolvidos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- O envolvimento de nossos especialistas internos de finanças corporativas para avaliação das premissas utilizadas e indagações a respeito das projeções dos fluxos de caixa futuros;
- Analisamos a metodologia e a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração, tais como taxas, prazos, entre outras informações; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos como razoáveis as metodologias e premissas utilizadas pela Companhia para registro das combinações de negócios citadas anteriormente, estando as informações consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0



TC S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	143.545	313.421	147.613	318.433
Aplicação financeira vinculada	7	37.945	-	37.945	-
Contas a receber	8	6.618	14.348	9.340	15.034
Adiantamentos	-	562	1.524	2.202	1.520
Impostos a recuperar	-	5.979	6.180	6.081	6.183
Outros créditos	9	5.753	4.144	6.432	5.643
Total do ativo circulante		200.402	339.617	209.613	346.813
Ativo não circulante					
Outros créditos	9	8.959	1.653	8.959	2.816
Ativo fiscal diferido	15	35.302	20.241	35.302	20.241
Partes relacionadas	21	4.534	-	4.233	-
Ativos financeiros	10	80.300	87.459	80.300	87.459
Investimentos	11	120.253	80.734	46.943	23.128
Imobilizado	12	16.065	23.045	16.527	23.338
Intangível	13	113.661	90.760	181.904	142.787
Total do ativo não circulante		379.074	303.892	374.168	299.769
Total do ativo		579.476	643.509	583.781	646.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	14	3.347	3.912	4.548	6.041
Obrigações tributárias	15	281	676	1.231	1.450
Passivo de contrato	17	2.796	4.269	2.796	4.269
Arrendamento	18	3.489	3.662	3.489	3.662
Outras contas a pagar	19	13.918	13.265	14.234	13.435
Instrumentos financeiros derivativos	27	22.549	-	22.549	-
Dividendos a pagar	19	-	57	711	57
Total do passivo circulante		46.380	25.841	49.558	28.914
Passivo não circulante					
Arrendamento	18	506	4.363	506	4.363
Provisão para contingências	20	225	94	225	94
Total do passivo não circulante		731	4.457	731	4.457
Patrimônio líquido					
Capital social	22	581.164	581.164	581.164	581.164
Reserva de capital		25.975	36.640	25.975	36.640
Ações em tesouraria		(1.223)	(13.301)	(1.223)	(13.301)
Reserva de lucros		-	8.708	-	8.708
Prejuízos acumulados		(73.551)	-	(73.551)	-
Total do patrimônio líquido		532.365	613.211	532.365	613.211
Participação não controladores		-	-	1.127	-
Total do patrimônio líquido		532.365	613.211	533.492	613.211
Total do passivo e patrimônio líquido		579.476	643.509	583.781	646.582

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	23	55.739	75.936	82.437	91.603
Custo do serviço prestado	24	(34.610)	(30.680)	(43.444)	(35.618)
Lucro bruto		21.129	45.256	38.993	55.985
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas / marketing	24	(21.981)	(17.601)	(26.701)	(18.425)
Gerais e administrativas	24	(82.907)	(56.695)	(96.406)	(66.431)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	(5.443)	2.081	(6.132)	2.058
Equivalência patrimonial	11	(4.417)	(1.722)	(538)	3
		(114.748)	(73.937)	(129.777)	(82.795)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(93.619)	(28.681)	(90.784)	(26.810)
Receita financeira	25	87.564	12.275	87.805	12.277
Despesa financeira	25	(91.265)	(2.634)	(91.392)	(2.679)
Resultado financeiro, líquido		(3.701)	9.641	(3.587)	9.598
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(97.320)	(19.040)	(94.371)	(17.212)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	-	(2.663)	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	15.061	20.241	15.061	20.241
(Prejuízo) lucro do exercício		(82.259)	1.201	(81.973)	1.201
Participação dos acionistas controladores		-	-	(82.259)	-
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	286	-
(Prejuízo) lucro básico por ação	26	(0,292461)	0,004938	(0,291444)	0,004938
(Prejuízo) lucro diluído por ação	26	(0,292461)	0,004815	(0,291444)	0,004815

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) lucro do exercício	(82.259)	1.201	(81.973)	1.201
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(82.259)</u>	<u>1.201</u>	<u>(81.973)</u>	<u>1.201</u>
Participação do acionista controlador	-	-	(82.259)	1.201
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	286	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Patrimônio Líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízos) acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.000	-	-	-	7.564	-	12.564	-	12.564
Aumento de capital	22 (a)	576.164	34.564	-	-	-	610.728	-	610.728
Ações em tesouraria vendidas	22 (c)	-	119	-	-	-	119	-	119
Ações em tesouraria adquiridas	22 (c)	-	(13.301)	-	-	-	(13.301)	-	(13.301)
Opções outorgadas reconhecidas	22 (b)	-	1.957	-	-	-	1.957	-	1.957
Constituição de reserva legal	22 (e)	-	-	60	-	(60)	-	-	-
Dividendos a pagar	22 (e)	-	-	-	-	(57)	(57)	-	(57)
Reserva de lucros		-	-	-	1.084	(1.084)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	1.201	1.201	-	1.201
Saldo em 30 de dezembro de 2021	581.164	36.640	(13.301)	60	8.648	-	613.211	-	613.211
Cancelamento de ações	22.(b) e (c)	-	(10.117)	10.117	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas		-	-	31	-	-	31	-	31
Aquisição de controlada - Pandhora	22.c	-	(802)	1.930	-	-	1.128	-	1.128
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(82.259)	(82.259)	287	(81.972)
Absorção do prejuízo		-	-	-	(60)	(8.648)	8.708	-	-
Ações restritas outorgadas concedidas	22 (f)	-	254	-	-	-	254	-	254
Mais valia - controladas		-	-	-	-	-	-	840	840
Saldo em 31 de dezembro de 2022	581.164	25.975	(1.223)	-	-	(73.551)	532.365	1.127	533.492

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Controladora e Consolidado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	(82.259)	1.201	(81.973)	1.201
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	16.081	4.798	17.334	8.537
Baixa líquida e ajustes do imobilizado e intangível	1.062	-	1.062	-
Baixa por impairment	2.740	-	2.740	-
Baixa líquida de arrendamento financeiro	79	-	79	-
Opções outorgadas reconhecidas	576	1.957	576	1.957
Variação cambial	8.159	-	8.159	-
Provisão para contingências	131	94	131	94
Resultado de equivalência patrimonial	4.417	1.722	538	(3)
Imposto Diferido	(15.061)	(20.241)	(15.061)	(20.241)
Resultado de derivativos	22.549	-	22.549	-
Despesa de Juros	701	791	701	791
	<u>(40.825)</u>	<u>(9.678)</u>	<u>(43.165)</u>	<u>(7.664)</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber	7.730	(8.469)	5.694	(8.110)
Adiantamentos	989	(1.401)	(641)	(1.396)
Impostos a recuperar	201	(6.132)	105	(6.096)
Dividendos recebidos de investidas			1.603	
Outros créditos	(11.435)	(4.466)	(7.736)	(6.882)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Obrigações sociais e trabalhistas	(565)	3.582	(1.507)	3.935
Obrigações tributárias	(395)	(1.695)	(306)	(1.605)
Passivo de contrato	(1.473)	2.294	(1.473)	2.294
Outras contas a pagar	437	4.668	(9.710)	4.743
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	<u>(45.336)</u>	<u>(21.297)</u>	<u>(57.136)</u>	<u>(20.781)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	(53.453)	(119.310)	(26.184)	(113.847)
Dividendos recebidos de controladas	6.803	2.000	-	-
Outros ativos	-	(87.459)	-	(87.459)
Aplicação financeira vinculada	(37.945)	-	(37.945)	-
Combinação de negócios	-	-	(8.258)	-
Aquisição de imobilizado	(1.148)	(14.087)	(1.165)	(14.428)
Aquisição de intangível	(29.508)	(14.047)	(31.855)	(14.338)
Efeito líquido da incorporação	-	1.076	-	2.892
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	<u>(115.251)</u>	<u>(231.827)</u>	<u>(105.407)</u>	<u>(227.180)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	(4.698)	(2.768)	(4.698)	(2.768)
Partes relacionadas - ativo	(4.534)	170	(4.233)	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	(13.182)	-	(13.182)
Dividendos pagos	(57)	-	654	-
Integralização de capital	-	576.164	-	576.164
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos	<u>(9.289)</u>	<u>560.384</u>	<u>(8.277)</u>	<u>560.214</u>
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(169.876)</u>	<u>307.260</u>	<u>(170.820)</u>	<u>312.253</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	313.421	6.161	318.433	6.180
No final do exercício	143.545	313.421	147.613	318.433
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(169.876)</u>	<u>307.260</u>	<u>(170.820)</u>	<u>312.253</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



TC S/A

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	63.556	86.559	92.239	103.300
	<u>63.556</u>	<u>86.559</u>	<u>92.239</u>	<u>103.300</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(23.425)	(25.488)	(26.979)	(25.203)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(150.336)	(47.837)	(155.297)	(50.958)
Valor adicionado bruto	<u>(110.205)</u>	<u>13.234</u>	<u>(90.037)</u>	<u>27.139</u>
Depreciação e amortização	(16.081)	(4.798)	(17.334)	(8.537)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(126.286)</u>	<u>8.436</u>	<u>(107.371)</u>	<u>18.602</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	87.564	12.275	87.805	12.277
Resultado de equivalência patrimonial	(4.417)	(1.722)	(538)	3
Valor adicionado total a distribuir	<u>(43.139)</u>	<u>18.989</u>	<u>(20.104)</u>	<u>30.882</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>(43.139)</u>	<u>18.989</u>	<u>(20.104)</u>	<u>30.882</u>
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	27.760	22.732	40.325	29.042
Benefícios	8.339	4.154	10.432	5.050
F.G.T.S.	7.269	432	10.469	662
	<u>43.368</u>	<u>27.318</u>	<u>61.226</u>	<u>34.754</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(7.888)	(15.225)	(4.119)	(11.207)
Municipais	1.735	2.996	2.608	3.397
Estaduais	6	-	11	-
	<u>(6.147)</u>	<u>(12.229)</u>	<u>(1.500)</u>	<u>(7.810)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	1.084	2.619	1.157	2.657
Aluguéis	815	80	986	80
	<u>1.899</u>	<u>2.699</u>	<u>2.143</u>	<u>2.737</u>
Remuneração de capitais próprios				
(Prejuízo) Lucros retidos do exercício	(82.259)	1.144	(81.973)	1.144
Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos	-	57	-	57
	<u>(82.259)</u>	<u>1.201</u>	<u>(81.973)</u>	<u>1.201</u>
	<u>(43.139)</u>	<u>18.989</u>	<u>(20.104)</u>	<u>30.882</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais (R\$) – exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O TC S/A (“TC” ou “Companhia”), anteriormente denominada TC Traders Club S/A, foi constituída em 15 de setembro de 2016, com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 748 – 7º andar, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”) O Grupo tem em seu objeto social as seguintes atividades: i) treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial; ii) operação de páginas e portais na internet que atualizam periodicamente seu conteúdo, gerando e mantendo informações sobre o mercado financeiro, empresarial e do sistema político brasileiro; iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; iv) atividades de organização e promoção de feiras, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e ou profissionais, seja pela internet ou evento físico; v) desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; vi) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não – customizáveis; vii) consultoria em tecnologia da informação; e viii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

O TC é uma comunidade de investidores e sua plataforma oferece inteligência de mercado gerada tanto pelo networking entre milhares desses investidores, os quais compartilham suas ideias de investimentos e trocam experiências (“*crowd-sourced content*”), bem como pelo fornecimento de informações (muitas delas em tempo real e proprietárias) relacionadas ao mercado financeiro do Brasil e do mundo.

O Grupo também disponibiliza análise de dados relativos ao cenário macro e às empresas listadas em bolsa que auxiliam na melhor tomada de decisão. O terceiro braço da plataforma é o de educação financeira, com a oferta de diversos cursos (alguns deles gratuitos) para quem investe ou deseja começar a investir.

A receita da Companhia e suas controladas são obtidas com a venda de planos de assinaturas, serviços e cursos.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código “TRAD3”.

Em 23 de dezembro de 2022 a Companhia alterou a sua denominação social, que passou de “TC Traders Club S.A.” para “TC S.A.”



Gestão operacional, financeira e administrativa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo incorreu no prejuízo de R\$ 81.973 (lucro líquido de R\$ 1.201 para o exercício de 2021) e apresentou um fluxo de caixa operacional negativo em R\$ 57.136 (negativo em R\$ 20.781 para o exercício de 2021).

A Administração avalia constantemente os indicadores operacionais, os resultados alcançados e a posição financeira do Grupo baseados nas diretrizes estratégicas em curso. As diretrizes estratégicas preveem: (i) expansão dos serviços prestados aos usuários da plataforma (ii) eficiência nos serviços prestados à comunidade, fortalecendo a confiança na plataforma e satisfação dos usuários, (iii) eficiência financeira, para acelerar rentabilidade por meio da efetividade de investimentos em aquisição, controle de custos e despesas, bem como pela criação de novas fontes de receita, (iv) excelência operacional, com o amadurecimento organizacional, através de processos que garantam excelência de execução, mitigando riscos. Com base nos pilares descritos acima, o Grupo se propõe a ser a maior e melhor comunidade brasileira de investidores. Desde seu IPO, a Companhia tem investido para expandir a sua oferta de produtos e tecnologias, focando em operações B2B e distribuição de produtos financeiros. Espera-se que estas novas fontes de monetização irão contribuir para a retomada do crescimento.

A Administração do Grupo avaliou a posição corrente dos ativos e passivos, bem como a disponibilidade de caixa, e conclui que são suficientes para garantir as operações do Grupo Companhia nos próximos 12 meses e, conseqüentemente, a Administração não constatou indícios relacionados à incapacidade do Grupo de manter a continuidade de suas operações e, portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas com base neste pressuposto.

a) Empresas controladas

TC Mover & School Informação e Educação Ltda. (“TC Mover & School”): (anteriormente denominada Tradersnews Informações e Educação Ltda.): A TC Mover & Scholl foi constituída em junho de 2018, com objetivo de realizar treinamentos, desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial.

TC Matrix Ltda. (“TC Matrix”): A TC Matrix foi constituída em setembro de 2020, com objetivo de atividade de consultoria e análise de valores mobiliários.

TC Radio Ltda. (“TC Radio”): A TC Radio foi constituída em dezembro de 2020, com objetivo de prestar serviços de Web Rádio. As atividades da controlada se iniciaram no 1º trimestre de 2021.

CALC Sistemas de Gestão Ltda. (“Sencon”): Em 1º de abril de 2021, através do primeiro aditivo ao contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sencon. Sua atividade principal é cálculo do IRRF das operações em bolsa. A Sencon foi incorporada no dia 19 de novembro de 2021.

TC Gestão Empresarial Ltda. (“TC Gestão”): A TC Gestão foi constituída em junho de 2021, com o objetivo de prestar serviços de gestão de recursos de terceiros.

Abalustre Tecnologia para Investidores Ltda. (“Abalustre”): A Abalustre foi adquirida pela Companhia em 9 de setembro de 2021. Tem como objeto social oferecer plataformas para integração de fontes de dados, permitindo que instituições adotem ou se integrem facilmente à outras organizações de ecossistemas de investimento e bolsas.

TC Comércio Ltda. (“TC Comércio”): A TC Comércio foi constituída em setembro de 2021, com o objetivo de comercialização varejista de produtos relacionados à Companhia.

RI Prisma Ltda. (anteriormente denominada RIWeb S.A.) (“RI Prisma”): Em 1º de outubro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da RI Prisma, sociedade resultante da cisão parcial do Grupo Comunique-se S.A. A RI Prisma realiza a prestação de serviços de relação com investidores para companhias abertas e fundos de investimentos. Em 24 de maio de 2022 a TC alterou a razão social da sociedade para **RI Prisma Ltda.**



Economática Software de Apoio a Investidores Ltda. (“Economática”): Em 1º de outubro de 2021, a Companhia comunicou à aquisição da totalidade das quotas do capital social da Economática, que tem como objetivo a prestação de serviços de processamento de dados referente ao desenvolvimento de softwares voltado ao mercado financeiro para utilização por terceiros.

SB Digital Serviços e Treinamentos Profissionais Ltda. (“TC Cripto”): A TC Cripto foi adquirida pela Companhia em 16 de novembro de 2021. A TC Cripto opera no segmento de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial relacionado ao mercado de criptomoedas.

TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda. (“TC Sfoggia”): (anteriormente denominada Sfoggia Consultoria Ltda.): A TC Sfoggia foi adquirida pela Companhia em 26 de fevereiro de 2022. A TC Sfoggia opera no segmento de prestação de serviços de consultoria tributária focada na otimização fiscal e na recuperação de impostos a partir de uma ferramenta disruptiva e inovadora.

TC Advisory LTDA (“TC Advisory”): A Companhia realizou, em 04 de agosto de 2022, a constituição da TC Advisory Ltda, subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará com assessoria em mercado de capitais, incluindo M&As e demais operações para captação de recursos.

TC Traders Club USA INC (“TC USA”): A Companhia realizou, em 30 de junho de 2022, a constituição da TC Trades Club USA INC, subsidiária integral do TC S/A, a qual atuará com novos negócios no exterior. Empresa atualmente em fase pré-operacional.

Pandhora Investimentos Ltda (“Pandhora”): A Pandhora foi adquirida pela Companhia em 19 de outubro de 2022, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2022

Fundada em 2016, a Pandhora é uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos (“Quants”) que atua com uma política de investimentos que mescla variados tipos de aplicações em ativos líquidos e globais. O seu principal diferencial é o processo decisório da carteira de investimentos, o qual é feito por algoritmos e modelos matemáticos que são atualizados constantemente para acurar o processo decisório do fundo. Trata-se de uma alternativa de diversificação para os investidores, uma vez que apresentam resultados descorrelacionados da indústria e do mercado, reduzindo consideravelmente o risco da carteira de seus clientes, tratando-se de uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos, com aproximadamente R\$ 350 milhões de AuM (assets under management, ativos sob gestão) e com uma estratégia atual com capacidade de alocação de até R\$ 10 bilhões.

As controladas acima citadas, que se encontravam em operação ou fase pré-operacional até 31 de dezembro de 2022, compõem as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. A participação em cada controlada está sendo apresentada na tabela a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
TC Mover & School	99,99%	99,99%
TC Matrix	99,99%	99,99%
TC Radio	99,99%	99,99%
TC Gestão	99,99%	99,99%
Abalustre	100,00%	100,00%
TC Comércio	99,99%	99,99%
RI Prisma	100,00%	100,00%
Economática	100,00%	100,00%
TC Cripto	100,00%	100,00%
TC Sfoggia	56,00%	-
TC Advisory	100%	-
TC USA	100%	-
Pandhora	100%	-



2. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 23** – reconhecimento de receita: se a receita de venda de assinaturas e venda de treinamentos é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;
- **Nota Explicativa nº 13** – reconhecimento do ativo intangível (CPC 4 (R1)): Diante do constante desenvolvimento e aprimoramento dos softwares (plataformas) utilizados pelo Grupo, apenas os gastos integralmente identificados e controlados para desenvolvimento e evolução das plataformas são ativados, em decorrência de sua geração de benefícios futuros;
- **Nota Explicativa nº 18** – prazo do arrendamento: o Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa;
- **Nota Explicativa nº 11** – equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota Explicativa nº 6 (a) (ii)** – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração de ativos fiscais diferidos, especialmente decorrentes de prejuízos fiscais não recorrentes, recuperáveis com base em projeções de lucro tributável futuro estimado pela Administração;



- **Nota Explicativa nº 20** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 13** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e
- **Nota explicativa 6 (b)** - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo;
- Passivos de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a) Base de consolidação

i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.



O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

iii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.



Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Movimentos Societários

Combinação de Negócios – Aquisição de controladas

i) Aquisição da CALC Sistemas de Gestão Ltda

Conforme “Primeiro Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, firmado em 1º de abril de 2021, entre TC S/A e os quotistas da CALC Sistemas de Gestão Ltda. (CALC) (Software – Sencon), no qual a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital social da CALC Sistemas de Gestão Ltda. (Software – Sencon), a qual se tornou subsidiária integral da Companhia. Esta adquirida é proprietária de software que automatiza o cálculo do imposto de renda devido sobre os investimentos, especialmente de renda variável, mediante o *upload*, pelo investidor, das notas de corretagem, além de simular, classificar suas operações e calcular retorno histórico das carteiras, ou seja, uma ferramenta essencial para simplificação da vida do investidor.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor estimado de R\$ 77.032, dos quais R\$ 42.000 foram pagos em dinheiro, conforme forma de pagamento apresentada a seguir e, R\$ 35.032 foram liquidados mediante a conferência aos vendedores da adquirida de 8.333.320 (oito milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e vinte) ações ordinárias da Companhia (adquirente), representativos de aproximadamente 3,9% do seu capital social.

Forma de pagamento da parte em dinheiro:

- R\$2.000 realizada durante o 1º trimestre de 2021, à título de parcela sinal;
- R\$18.000 realizada durante o 2º trimestre de 2021; e
- R\$22.000 devidamente ajustados nos termos contratuais, serão liquidados em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, tendo a 1ª parcela sido paga no 2º trimestre de 2021 e as demais a pagar em períodos subsequentes.

A transação previa um ajuste de preço após aquisição que resultou em um aumento do valor devido em R\$ 536, totalizando uma contraprestação transferida final de R\$ 77.568.

b. Custos de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2021 foi de R\$ 176, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.



c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

	CALC
Ativo circulante	3.143
Caixa e equivalentes de caixa	2.053
Contas a receber de clientes	1.003
Outros créditos	87
Ativo não circulante	22.477
Direito de uso	48
Imobilizado	92
Intangível	22.337
Passivo circulante	3.371
Obrigações tributárias	534
Obrigações trabalhistas	99
Passivo de arrendamento	41
Adiantamento a clientes	807
Lucros a distribuir	1.890
Passivo não circulante	8
Passivo de arrendamento	8
Ativos e passivos líquidos	22.241
Valor pago em dinheiro	42.536
Valor pago em ações	35.032
Contraprestação total transferida	77.568
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	55.327

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente, contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo de intangível "software" no montante de R\$ 22.225. Este intangível teve como método de avaliação a valor justo a abordagem de renda (Relief from Royalties).

Estima-se que os valores referentes à mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de suas controladas.

Incorporação

Em 19 de novembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a Administração aprovou a incorporação da controlada CALC Sistemas de Gestão Ltda. pela Companhia. A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, que permanecerá inalterado, considerando que o investimento que a Companhia possuía na Sencon foi cancelado e substituído pelos ativos e passivos absorvidos em decorrência da incorporação.

A partir da incorporação, o ágio e as mais valias resultantes da combinação de negócios na aquisição da Sencon foram alocadas como ativos da controladora. O ágio correspondente à entidade incorporada é apresentado na rubrica específica "Ágio", no grupo de ativo intangível, no balanço patrimonial da controladora e do consolidado.



(ii) Aquisição da Abalustre – Tecnologia para Investimentos Ltda.

Conforme termos do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”), firmado em 26 de agosto de 2021, entre TC S/A e os quotistas da Abalustre – Tecnologia para Investimentos Ltda., a Companhia obteve o direito de adquirir 100% das quotas do capital social da Abalustre. Em 09 de setembro de 2021, a Companhia exerceu o direito de aquisição e adquiriu 100% das quotas do capital social da Abalustre, que se tornou subsidiária integral do TC S/A, naquela data.

A Abalustre é uma Empresa que oferece plataformas para integração de fontes de dados, permitindo que instituições adotem ou se integrem facilmente à outras organizações de ecossistemas de investimentos e bolsas. Fornece também um aplicativo baseado em nuvem rápido, confiável e pronto para usar, permitindo que seus clientes comecem a trabalhar com as mais modernas soluções em tecnologia de investimentos.

A aquisição marca a estreia do TC no segmento B2B, com um conceito *API-first*, buscando trazer o que há de mais moderno em termos de tecnologia para o investidor institucional, bancos, *fintechs*, instituições de ensino, assessores de investimentos, dentre outros.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 2.064, pagos em dinheiro. Além disso, o contrato prevê um pagamento adicional aos vendedores, caso certas circunstâncias sejam cumpridas por parte dos vendedores, conforme descrito abaixo:

Caso os vendedores permaneçam como empregados do TC pelos períodos de aniversário acordados contratualmente, terão o direito de receber, em dinheiro, o montante total equivalente a 475.320 ações da Companhia multiplicado pelo valor médio das cotações de fechamento nos últimos 10 pregões anteriores a data de cada apuração, conforme descrito abaixo:

Aniversário	Data da apuração	Quantidade de ações
1º	09/09/2022	118.830
2º	09/09/2023	118.830
3º	08/09/2024	118.830
4º	08/09/2025	118.830
Total		475.320

Considerando os valores das cotações na data de aquisição, o valor estimado do pagamento adicional, caso todas as condições sejam cumpridas seria de R\$ 4.636.

A Companhia não considerou a estimativa dos valores a serem pagos, em decorrência de pagamento adicional, como parte da contraprestação transferida. Tais valores foram tratados como remuneração para serviços, pós-combinação de negócio, conforme previsto no item B55 (a) da NBC TG 15 (R4) (Deliberação CVM 655/2011) – Combinação de negócios.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2021 foi de R\$ 50, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.



c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

ABALUSTRE

Ativos	137
Caixa e equivalentes de caixa	137
Passivos	110
Obrigações tributárias	44
Outras contas a pagar	66
Ativos e passivos líquidos	27
Valor pago em dinheiro	2.064
Contraprestação total transferida	2.064
<hr/>	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	2.037

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração.

Estima-se que os valores referentes à mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de suas controladas.

(iii) Aquisição da RI Prisma Ltda. (anteriormente denominada RIWeb S.A.)

Em 16 de setembro de 2021, foi firmado Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, entre TC S/A e os quotistas da RIWeb S.A. Em 1º de outubro de 2021, após o cumprimento de todas as formalidades e condições precedentes para o fechamento da operação, a Companhia finalizou a aquisição da totalidade das quotas do capital social da RIWeb, que se tornou subsidiária integral do TC, naquela data. Em 24 de maio de 2022 a TC resolveu alterar a razão social para **RI Prisma Ltda.**

Fundada em 2009, a RI Prisma é reconhecida pela excelência no atendimento e por reunir todas as atividades de comunicação do dia a dia do profissional de Relações com Investidores no Workr, plataforma mantida na nuvem que permite, entre outros recursos, o gerenciamento de sites, organização de contatos, disparos de e-mails, produção de webcasts e administração da base acionária.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de até R\$ 6.500, a serem pagos em dinheiro, sendo R\$ 5.000 liquidados na data de fechamento da operação e, até R\$ 1.500, em até 12 meses após a Data de Fechamento da Transação, mediante o cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato (“*earn-out*”). Conforme as condições contratuais previstas, o *earn-out* foi estimado em R\$ 671. Portanto, o valor final da contraprestação transferida foi de R\$ 7.171.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2021 foi de R\$ 98, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.



c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

RI Prisma

Ativos	1.056
Caixa e equivalentes de caixa	119
Contas a receber	392
Adiantamento a funcionários	39
Impostos a recuperar	3
Despesas antecipadas	12
Carteira de Clientes	491
Passivos	274
Fornecedores	19
Obrigações sociais e trabalhistas	39
Impostos a recolher	25
Provisões	191
Ativos e passivos líquidos	782
Valor pago em dinheiro	7.171
Contraprestação total transferida	7.171
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	6.389

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo de intangível "carteira de clientes" no montante de R\$491. Este intangível teve como método de avaliação a valor justo a abordagem de renda (*Multi-Period Excess Earning Method – MPEEM*).

Estima-se que os valores referentes à mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de suas controladas.

(iv) Aquisição da Economatica Software de Apoio a Investidores Ltda.

Conforme termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, firmado em 1º de outubro de 2021, entre a Companhia e os quotistas da Economatica, o TC adquiriu 100% das quotas do capital social da Economatica, que se tornou subsidiária integral da Companhia.

Fundada em 1986, a Economatica é referência no desenvolvimento de sistemas para análise de investimentos. A Plataforma é alimentada com informações que permitem ao usuário manipular grandes volumes de dados, criar insights, fazer simulações avançadas e gerar relatórios. A Economatica oferece para seus clientes os dados mais relevantes sobre fundos de investimentos e ações de Empresas em mais de 40 países. A Economatica analisa dados de mais de 250 setores da economia, contemplando aproximadamente 5 mil empresas e mais de 27 mil fundos de investimentos.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 41.486, pagos em dinheiro.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2021 foi de R\$ 32, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.



c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

ECONOMÁTICA

Ativos	21.129
Caixa e equivalentes de caixa	1.554
Clientes a receber	653
Impostos a recuperar	39
Imobilizado	137
Carteira de Clientes	7.581
Software	1.057
Marca	10.108
Passivos	2.134
Obrigações sociais e trabalhistas	281
Obrigações previdenciárias	153
Obrigações tributárias	521
Impostos a recolher	196
Provisões	972
Outras contas a pagar	11
Ativos e passivos líquidos	18.995
Valor pago em dinheiro	41.579
Contraprestação total transferida	41.579
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	22.584

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo dos intangíveis “carteira de clientes”, “software” e “marca”, nos montantes, respectivos, de R\$7.581, R\$1.057 e R\$ 10.108, assim como, respectivamente, a avaliação pelos métodos de Fluxo de Caixa Descontado e *Relief from Royalties*, derivadas da abordagem de renda.

Estima-se que os valores referentes à mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, fundamentada nos benefícios esperados com a sinergia das operações da Companhia e de suas controladas.

(v) Aquisição da SB Digital Serviços e Treinamentos Profissionais Ltda. (“TC Cripto”)

Conforme termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, firmado em 15 de novembro de 2021, entre TC S/A e os quotistas da SB Digital Serviços e Treinamentos Profissionais Ltda. (TC Cripto), a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital social do TC Cripto, que se tornou subsidiária integral do TC.

A Companhia acredita que o mercado cripto possui enorme potencial, grande parte ainda inexplorado. Hoje, o Hub conta com aproximadamente 2 mil clientes e detém um dos melhores NPS dentre todos os produtos ofertados pelo TC. Até então, o Hub funcionava em um modelo de *revenue share*, onde 60% da receita líquida era distribuída aos seus sócios. Com a aquisição, o Hub passa a ser chamado de TC Cripto e consolidado integralmente dentro dos resultados da Companhia.



a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 4.116 liquidados da seguinte forma: i) R\$937 paga aos vendedores na data de aquisição; ii) quatro parcelas adicionais e variáveis a serem definidas pelo equivalente ao resultado da multiplicação da Base de Cálculo do Preço de Aquisição pela média do preço das ações de emissão da Companhia apurado ao fim dos últimos 10 pregões anteriores à data de pagamento de cada parcela, cujo valor estimado totalizou R\$ 1.129; e iii) Earn-out mediante o cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato, cujo valor estimado totalizou R\$ 2.050.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2021 foi de R\$ 35, reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos preliminares ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021:

	TC Cripto
Ativos	408
Caixa e equivalentes de caixa	11
Outros ativos	192
Carteira de clientes	205
Passivos	18
Obrigações trabalhistas	14
Outras contas a pagar	4
Ativos e passivos líquidos	390
Valor pago em dinheiro	2.066
Earn-out	2.050
Contraprestação total transferida	4.116
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	3.726

Os valores justos (finalizado durante o 1º trimestre de 2022) foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível “carteira de clientes” nos montante de R\$ 205 avaliado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado.

(vi) TC Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda (“TC Sfoggia”).

A Companhia realizou em 22 de fevereiro de 2022 a compra de 51% das quotas de emissão do TC Sfoggia.

O TC Sfoggia foi constituído em 20 de janeiro de 2022 e atua com consultoria tributária focada na otimização fiscal e na recuperação de impostos a partir de uma ferramenta disruptiva e inovadora, conectada à legislação aplicada e parametrizada para identificar oportunidades de créditos fiscais, decorrentes de erros nos lançamentos e de pagamentos efetuados pelas empresas.

Em 31 de maio de 2022, a Companhia realizou a aquisição de 5% adicionais de quotas de emissão do TC Sfoggia.



a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 3.005 liquidados em dinheiro. Além disso, o contrato prevê um pagamento adicional ao vendedor, caso certas circunstâncias cumulativas sejam cumpridas por sua parte, conforme descrito a seguir:

Caso o TC Sfoggia atinja uma receita líquida estipulada e o vendedor permaneça como diretor presidente do TC Sfoggia até a data em que a meta futura tiver sido atingida, limitado a 22 de outubro de 2023, o vendedor fará jus a um earn-out de até R\$ 2.500.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2022 foi de R\$ 35 reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

TC Sfoggia	
Ativos	1.137
Caixa e equivalentes de caixa	62
Não concorrência	1.075
Passivos	-
Ativos e passivos líquidos	1.137
Valor pago em dinheiro	3.005
Contraprestação total transferida	3.005
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	1.868
Minoritários	56

Os valores justos (finalizados durante o 3º trimestre de 2022) foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível “Não concorrência” no montante de R\$ 1.075, avaliado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado

(vi) Pandhora investimento Ltda. (“Pandhora”).

A Companhia realizou em 19 de outubro de 2022 a compra de 100% das quotas de emissão da Pandhora.

Pandhora é uma gestora de fundos multiestratégia quantitativos com aproximadamente R\$ 350 milhões de AuM (assets under management, ativos sob gestão) e com uma estratégia atual com capacidade de alocação de até R\$ 10 bilhões.

A aquisição da Gestora representa mais um diferencial competitivo para o ecossistema do TC, trazendo oportunidades de novos produtos para a sua base de clientes e uma fonte adicional de receita recorrente para a Companhia.

a. Contraprestação transferida

A operação foi adquirida pelo valor total de R\$ 15.000, o qual poderá ser ajustado para mais ou para menos, de acordo com determinadas premissas do contrato.

O preço será liquidado em quatro parcelas, sendo a primeira paga no ato do fechamento da operação no montante de R\$ 5.345 desse total, R\$ 4.216 serão pagos em moeda corrente nacional e o valor remanescente será pago mediante a entrega de 299.998 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, a um preço por ação de R\$ 3,766, definido a partir da média simples entre 30 de setembro de 2022 e 14 de outubro de 2022.



As demais parcelas serão pagas da seguinte forma: (i) R\$ 2.377 no primeiro aniversário do fechamento; (ii) R\$ 2.377 no segundo aniversário do fechamento; e (iii) R\$ 4.901 no terceiro aniversário do fechamento. O pagamento das parcelas subsequentes ao fechamento da Operação poderá ser realizado mediante a entrega de ações ordinárias do TC e/ou por meio da transferência de recursos disponíveis, a critério da Companhia.

b. Custo de aquisição

O custo de transação envolvendo a aquisição desta controlada em 2022 foi de R\$ 38 reconhecidos no resultado como despesas gerais e administrativas.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, o custo de aquisição da participação, bem como o Ágio por expectativa de rentabilidade futura resultante, que impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022:

Pandhora	
Ativos	7.913
Caixa e equivalentes de caixa	31
Adiantamentos	9
Impostos a recuperar	3
Outros créditos	1.720
Imobilizado líquido	239
Intangível líquido	18
Software	5.658
Não concorrência	237
Passivos	987
Fornecedores	43
Obrigações sociais e trabalhistas	14
Obrigações tributárias	87
Outras contas a pagar	844
Ativos e passivos líquidos	6.926
Valor pago em dinheiro	13.871
Valor pago em ações em tesouraria	1.129
Contraprestação total transferida	15.000
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	8.074

Os valores justos foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por empresa especializada independente contratada pela Companhia para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste de valor justo do intangível "Software" no montante de R\$ 5.658, "Não concorrência" no montante de R\$ 237, avaliados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado. Os valores justos apresentados referentes a alocação do preço de compra (PPA), estão em base provisória, podendo haver mudanças na alocação entre goodwill e mais valias.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.



d) Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

Não há componente de financiamento significativo nos contratos celebrados com clientes (nem declarada de forma expressa no contrato nem de forma implícita pelos termos de pagamento pactuados pelas partes). Também não há componente de contraprestação a pagar ao cliente nos contratos celebrados pelo Grupo. A contraprestação prometida ao cliente está declarada expressamente em contrato ou acordo realizado, e há não previsão de variabilidade sobre as transações de receitas.

Identificação do contrato com o cliente

Os acordos celebrados (termos e condições) entre o Grupo e os usuários contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento são claramente identificadas.

e) Benefícios a empregados

• **Benefícios de curto prazo a colaboradores**

Obrigações de benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

• **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

• **Transações com pagamentos baseados em ações**

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados e prestadores de serviços com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os prestadores adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas operacionais.



f) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Taxas de intermediações com operadoras de cartão.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g) Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício de 2021 e 2022, o imposto de renda e contribuição social foi calculado pelo regime do lucro real, através da aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R1) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.



As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2022	2021
Máquinas e equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos	3 anos
Direito de uso	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i) Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento (software)

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.



As vidas úteis estimadas dos intangíveis são as seguintes:

	2022	2021
Plataforma TC (i) (ii)	5 anos	5 anos
Carteira de clientes Economática	13 anos	13 anos
Software Economática	14 anos	14 anos
Carteira de clientes RIWEB	13 anos	13 anos
Software RIWEB	13 anos	13 anos
Não competição Sfoggia	8 anos	-
Software Pandhora	10 anos	-
Não competição Pandhora	4 anos	-

- (i) Refere-se à plataforma (software) TC (Aplicativo e Site), desenvolvido internamente pela Companhia, em processo de desenvolvimento contínuo de novas soluções e melhoria das existentes;
- (ii) Refere-se à plataforma (software) TC Filial (calculadora de imposto de renda), desenvolvido internamente pela Companhia.

Após o reconhecimento inicial aplicando os requisitos da NBC TG 04 (R3) Ativo Intangível (IAS 38), os intangíveis são amortizados pelo período esperado de vida útil e benefício econômico, e avaliados por *impairment* quando e se houver indicativos para tal.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. O Grupo como parte de sua política de fluxo de caixa, procede com a antecipação dos recebíveis junto a operadora de meio de pagamento, da forma que reconhece o passivo antecipado e a despesa financeira auferida nesta operação, visto que, em essência tais antecipações tem característica de instrumento de dívida, em decorrência da não satisfação da obrigação de performance e conseqüentemente reconhecimento da receita.



Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza as definições de arrendamento previstas na NBC TG 06 (R3)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.



Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento no "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.



Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme a NBC TG 32 (R3)/IAS 12.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

o) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

(ii) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.



O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

p) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de IFRS, representam informação suplementar, como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Grupo, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

q) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.



(ii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

(iii) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	6.774	3.260	8.534	5.618
Aplicações financeiras (i)	136.771	310.161	139.079	312.815
Caixa e equivalentes de caixa	143.545	313.421	147.613	318.433
Aplicação financeira vinculada (ii)	37.945	-	37.945	-
Total	181.490	313.421	185.558	318.433

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ficou em torno de 105,12% (em torno de 119% do CDI em 2021).

(ii) O montante de R\$ 37.945 refere-se a aplicações financeiras vinculadas como garantia de instrumentos financeiros derivativos TRS (*Total Return Swaps*), apresentados na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber	6.618	14.348	9.340	15.034
Total	6.618	14.348	9.340	15.034

Os saldos a receber de clientes são realizáveis em até 30 dias, para os quais a Companhia e suas controladas avaliaram não haver o risco de inadimplência, por serem preponderantemente recebíveis de cartões de crédito.



9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa restrito	-	850	-	850
Adiantamento de aluguel	300	300	300	300
Despesas antecipadas (i)	14.412	4.647	15.091	7.309
Total	14.712	5.797	15.391	8.459
Ativo circulante	5.753	4.144	6.432	5.643
Ativo não circulante	8.959	1.653	8.959	2.816

- (i) Do saldo de despesas antecipadas apresentado no consolidado no montante de R\$ 11.531, refere-se a adiantamentos feitos à consultoria especializada para o processo de implantação da corretora, cujo investimento é parte importante do plano da Companhia para acelerar o início do projeto da TC Investimentos, que trará negociação para dentro do ambiente do TC. Trata-se de um grande marco para o TC e uma evolução natural da plataforma da Companhia, com verticalização de novas áreas para a venda de produtos financeiros e expansão de oportunidades de investimentos. Do referido montante, o valor de R\$ 1.050 refere-se a bônus de retenção para colaboradores estratégicos para operação da Companhia e suas controladas, a serem amortizados conforme o período contratual, mínimo de 2 anos para aquisição da integralidade do bônus, R\$ 1.150 refere-se a despesa antecipada a prestador de serviço e o saldo remanescente de R\$ 1.360 refere-se a despesas com seguros e vale-refeição e antecipação de licenças. Rever

10. Ativos financeiros (controladora e consolidado)

	Controladora e consolidado	
	30/12/2022	31/12/2021
Mercado Bitcoin (i)	78.257	86.325
Qoore (ii)	1.043	1.134
Dibran (iii)	1.000	-
Total	80.300	87.459

- (i) A Companhia celebrou Contrato de Investimento via aquisição de Notas Conversíveis de emissão da 2TM Holding Company Ltd. ("2TM"), no valor total de US\$ 15.000 ("Convertible Notes").

As *Convertible Notes* poderão ser convertidas em ações de emissão da 2TM, caso verificados determinados eventos de liquidez previstos em sua escritura, seguindo práticas usuais de mercado. A 2TM é uma holding com um portfólio focado em serviços baseados em ativos digitais. A Mercado Bitcoin, maior plataforma de ativos digitais da América Latina, é a principal empresa do grupo.

O investimento nas *Convertible Notes* é realizado em um contexto estratégico da Companhia, tendo em vista as negociações de parceria mantidas até o momento entre o TC e a 2TM, visando a expansão da oferta de serviços voltados para o mercado de criptoativos, por meio das plataformas da Mercado Bitcoin e demais subsidiárias da 2TM. A Companhia entende que a indústria de criptoativos é de suma importância para as suas atividades, contando com uma alta penetração na população brasileira. Somente no Mercado Bitcoin, são mais de 3 milhões de usuários cadastrados. Dessa forma, eventuais parcerias junto à 2TM permitiriam à Companhia expandir receitas através de cross-selling para seus próprios clientes, bem com alcançar novos clientes nativos do mercado de criptoativos, expandindo seu público endereçável.



- (ii) Em 21 de outubro 2021 a Companhia realizou acordo futuro para aquisição de participação (“Acordo”) na Qooore Corporation (“Qooore”). O Acordo proporciona à Companhia o direito ao recebimento de ações da Qooore, mediante a ocorrência de determinados eventos, como levantamento de uma rodada de investimento, conforme práticas comuns de mercado. A Qooore é um aplicativo americano de investimentos focado principalmente em usuários pertencentes à geração Y e Z. O aplicativo tem como missão mudar a forma como os jovens investem, oferecendo insights e educação financeira com ênfase nas conexões via social e apoio de interface intuitiva.

A Companhia enxerga no Acordo um enorme potencial de ganho em sinergias entre as duas empresas, além de uma troca de inteligência, importante para ambas as partes.

Os investimentos na 2TM e Qooore foram celebrados em dólar os quais são atualizados pela taxa de câmbio do banco central a cada período de fechamento. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da variação cambial do investimento na 2TM, demonstrados na nota explicativa 27.

A Companhia enxerga no Acordo um enorme potencial de ganho em sinergias entre as duas empresas, além de uma troca de inteligência, importante para ambas as partes.

- (iii) A Companhia assinou em 9 de junho de 2022, o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição direta de 100% das quotas da Dibran Holding Financeira Ltda. e indireta de 100% das quotas da Dibran Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A conclusão e o fechamento da operação estão sujeitos à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias para a consolidação do controle acionário, inclusive do Banco Central do Brasil. O valor total agregado da transação de aquisição da Dibran Holding Financeira Ltda. e da Dibran Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é de R\$ 8.500, sujeito a eventuais ajustes usuais nesse tipo de negócio, já tendo sido adiantado como sinal da operação o valor de R\$ 1.000.



11. Investimentos

A movimentação dos investimentos do TC em controladas e coligadas, em fase operacional ou pré-operacional até 31 de dezembro de 2022, encontram-se demonstradas a seguir:

i) Controladora

	% Participação	Saldo em 31/12/2021	Integralização de capital	Combinação de negócios (*)	Equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	Saldo em 31/12/2022
TC Radio	99,99%	252	-	-	(61)	-	191
TC Matrix	99,99%	2.491	6.511	-	(8.302)	-	700
TC Mover & School	99,99%	107	150	-	(209)	-	48
TC Gestão	99,99%	299	303	-	(579)	-	23
Abalustre	100,00%	2.103	-	-	3	-	2.106
TC Comércio	99,99%	96	-	-	(21)	-	75
RIWeb	100,00%	7.062	240	-	155	-	7.457
Economatica	100,00%	43.174	-	145	5.240	(5.200)	43.359
TC Cripto	100,00%	2.022	-	2.207	(34)	-	4.195
TC Sfoggia	56,00%	-	14	2.943	344	-	3.301
TC Advisory	100,00%	-	10	-	54	-	64
Pandhora	100,00%	-	-	15.000	(469)	-	14.531
DXA (*)	20,10%	20.000	-	-	(2.033)	-	17.967
InvestAI (*)	20,00%	3.128	-	-	(242)	-	2.886
Arko Advice (*)	34,00%	-	-	18.763	1.585	(1.603)	18.745
Arko Digital (*)	15,00%	-	-	5.193	152	-	5.345
Galicia (*)	5,00%	-	-	2.000	-	-	2.000
Impairment (**)	-	-	-	(2.740)	-	-	(2.740)
Total		80.734	7.228	43.511	(4.417)	(6.803)	120.253

(*) Investimentos em coligadas.

(**) Impairment referente a baixa do goodwill dos investimentos Sencon R\$ 679 e Abalustre R\$ 2.061 – Nota Explicativa 13.



Sumário das Informações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2022:

	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
TC Radio	99,99%	192	-	1	-	191
TC Matrix	99,99%	1.141	89	529	-	700
TC Mover & School	99,99%	27	22	1	-	48
TC Gestão	99,99%	27	-	4	-	23
Abalustre	100,00%	44	-	1	-	43
TC Comércio	99,99%	99	-	24	-	75
RIWeb	100,00%	900	13	286	-	627
Economática	100,00%	3.992	108	1.344	-	2.756
TC Sfoggia	56,00%	875	4.200	4.315	-	760
TC Cripto	100,00%	255	-	1	-	254
TC Advisory	100,00%	68	-	4	-	64
Pandhora	100,00%	1.588	247	1.169	-	666

ii) Consolidado

	% Participação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2022
DXA (a)	20,00%	20.000	-	(2.033)	-	17.967
InvestAI (b)	20,00%	3.128	-	(242)	-	2.886
Arko Advice (c)	20,00%	-	18.763	1.585	(1.603)	18.745
Arko Digital (d)	15,00%	-	5.193	152	-	5.345
Galicia (e)	5,00%	-	2.000	-	-	2.000
Total		23.128	25.956	(538)	(1.603)	46.943

- (a) A Companhia celebrou contrato de investimento com a DXA Investments Holding Ltda., no valor de R\$ 20.000, para a compra de 20% de participação na DXA Gestão de Investimentos Ltda. O contrato de investimento possibilita à Companhia aumentar a sua participação na Plataforma através da aquisição de novos usuários advindos do TC, o que potencialmente pode levá-la a assumir uma posição majoritária na DXA.
- (b) A Companhia adquiriu uma participação de 20% na InvestAI, no montante de R\$ 3.128. Com a aquisição, o TC avança em outras classes de ativos, diversificando ainda mais a sua plataforma, oferecendo renda fixa, renda variável, derivativos, fundos de investimento imobiliários, criptoativos, dentre outros.
- (c) A Companhia adquiriu participação de 20,34% na empresa Arko Advice para ter sinergia com empresas do grupo com análises de mercado.
- (d) A Companhia adquiriu participação de 15% na empresa Arko Digital para ter sinergia com empresas do Grupo com análises de mercado. O contrato de investimento prevê um pagamento adicional de até R\$ 3.000 se determinadas metas de faturamento forem atingidas e os sócios permanecerem como administradores até o 36º mês contado a partir da assinatura do contrato. O pagamento adicional não alterará o total de participação.
- (e) A Companhia adquiriu participação de 5% na empresa Galicia Educação S.A. para ter sinergia com os negócios do grupo e a oportunidade de expandir para o segmento educacional, explorando novos nichos de atuação como certificações, cursos profissionalizantes, graduações, MBAs digitais, além de proporcionar uma expansão da base de clientes. O acordo prevê a opção de a Companhia aumentar a sua participação até o final de 2023 a um valor adicional de até R\$ 2.500.



Sumário das Informações contábeis das coligadas em 31 de dezembro de 2022:

	% Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
DXA	20,00%	10.474	3.946	854	-	13.566
InvestAi	20,00%	1.780	13	150	-	1.643
Arko Advice	20,00%	12.296	3.883	8.778	3.776	3.625
Arko Digital	15,00%	7.542	4.956	5.747	-	6.751
Galicia	5,00%	1.587	-	1.077	-	510

12. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 1º de janeiro de 2021	569	1.511	667	3.353	6.100
Adições	1.228	8.758	4.101	6.737	20.824
Incorporação	157	157	852	341	1.507
Em 31 de dezembro de 2021	1.954	10.426	5.620	10.431	28.431
Adições (IFRS16)	-	-	-	1.034	1.034
Adições	72	467	609	-	1.148
Baixas	-	(63)	(13)	(1.720)	(1.796)
Em 31 de dezembro de 2022	2.026	10.830	6.216	9.745	28.817
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2021	(47)	(165)	(55)	(362)	(629)
Depreciação	(120)	(1.003)	(776)	(2.584)	(4.483)
Depreciação Incorporação	(7)	(15)	(97)	(155)	(274)
Em 31 de dezembro de 2021	(174)	(1.183)	(928)	(3.101)	(5.386)
Depreciação	(204)	(2.064)	(1.789)	(3.883)	(7.940)
Baixas	-	-	-	574	574
Em 31 de dezembro de 2022	(378)	(3.247)	(2.717)	(6.410)	(12.752)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021	1.780	9.243	4.692	7.330	23.045
Em 31 de dezembro de 2022	1.648	7.583	3.499	3.335	16.065



ii) Consolidado

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Custo de aquisição					
Em 1º de janeiro de 2021	569	1.667	667	3.353	6.256
Adições	1.356	7.846	4.976	6.752	20.930
Combinação de negócios	29	1.239	11	326	1.605
Em 31 de dezembro de 2021	1.954	10.752	5.654	10.431	28.791
Adições (IFRS16)	-	-	-	1.034	1.034
Adições	72	484	609	-	1.165
Aquisição de controlada	43	219	108	-	370
Baixas	-	(61)	(14)	(1.720)	(1.795)
Em 31 de dezembro de 2022	2.069	11.394	6.357	9.745	29.565
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2021	(47)	(168)	(55)	(362)	(632)
Depreciação	(128)	(1.057)	(872)	(2.697)	(4.754)
Combinação de negócios	-	(24)	(1)	(42)	(67)
Em 31 de dezembro de 2021	(175)	(1.249)	(928)	(3.101)	(5.453)
Depreciação	(203)	(2.141)	(1.801)	(3.883)	(8.028)
Combinação de negócios	(14)	(105)	(12)	-	(131)
Baixas	-	-	-	574	574
Em 31 de dezembro de 2022	(392)	(3.495)	(2.741)	(6.410)	(13.038)
Valor contábil, líquido					
Em 31 de dezembro de 2021	1.779	9.503	4.726	7.330	23.338
Em 31 de dezembro de 2022	1.677	7.899	3.616	3.335	16.527



13. Intangível

a. Conciliação do valor contábil

i) Controladora

	Softwares	Software em desenvolvimento	Marcas e patentes	Ágio	Intangíveis cursos	Licenças de uso	Total
Custo de aquisição							
Em 1º de janeiro de 2021	478	1.888	250	-	-	-	2.616
Adições	-	14.047	-	-	-	-	14.047
Transferências	8.492	(8.492)	-	-	-	-	-
Incorporação	22.313	203	-	55.327	-	-	77.843
Em 31 de dezembro de 2021	31.283	7.646	250	55.327	-	-	94.506
Adições	-	29.450	15	-	-	43	29.508
Transferências	2.880	(3.616)	-	-	2.520	736	2.520
Baixas	(598)	(388)	-	-	-	-	(986)
Em 31 de dezembro de 2022	33.565	33.092	265	55.327	2.520	779	125.548
Amortização acumulada							
Em 1º de janeiro de 2021	(29)	-	-	-	-	-	(29)
Amortização	(315)	-	-	-	-	-	(315)
Incorporação	(3.402)	-	-	-	-	-	(3.402)
Em 31 de dezembro de 2021	(3.746)	-	-	-	-	-	(3.746)
Amortização	(6.577)	-	-	-	(1.470)	(94)	(8.141)
Em 31 de dezembro de 2022	(10.323)	-	-	-	(1.470)	(94)	(11.887)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	27.537	7.646	250	55.327	-	-	90.760
Em 31 de dezembro de 2022	23.242	33.092	265	55.327	1.050	685	113.661



ii) Consolidado

	Softwares	Software em desenvolvimento	Marcas e patentes	Carteira de cliente	Marca	Intangíveis cursos	Licenças de uso	Não concorrência	Ágio	Total
Custo de aquisição										
Em 1º de janeiro de 2021	478	1.888	250	-	-	-	-	-	-	2.616
Adições	-	14.338	-	-	-	-	-	-	-	14.338
Transferências	8.580	(8.580)	-	-	-	-	-	-	-	-
Combinação de negócios	23.282	-	-	8.072	10.108	-	-	-	88.116	129.578
Em 31 de dezembro de 2021	32.340	7.646	250	8.072	10.108	-	-	-	88.116	146.532
Adições	1	29.450	15	205	-	-	42	-	2.142	31.855
Combinação de negócios	5.678	-	-	-	-	-	-	2.156	9.941	17.775
Transferências	2.880	(3.616)	-	-	-	2.520	736	-	-	2.520
Baixas	(598)	(388)	-	-	-	-	-	-	-	(986)
Redução do valor recuperável (impairment)									(2.740)	(2.740)
Em 31 de dezembro de 2022	40.301	33.092	265	8.277	10.108	2.520	778	2.156	97.459	194.956
Amortização acumulada										
Em 1º de janeiro de 2021	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Amortização	(314)	-	-	-	-	-	-	-	-	(314)
Combinação de negócio	(3.402)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.402)
Em 31 de dezembro de 2021	(3.745)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.745)
Amortização	(6.772)	-	-	(841)	-	(1.470)	(93)	(130)	-	(9.306)
Aquisição controlada	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Em 31 de dezembro de 2022	(10.518)	-	-	(841)	-	(1.470)	(93)	(130)	-	(13.052)
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2021	28.595	7.646	250	8.072	10.108	-	-	-	88.116	142.787
Em 31 de dezembro de 2022	29.783	33.092	265	7.436	10.108	1.050	685	2.026	97.459	181.904



Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo como segue:

	Sencon	Economática	RI Prisma	TC Cripto
Goodwill	55.327	22.729	6.389	3.752
Demais ativos	17.154	20.570	870	449
Total *	72.481	43.299	7.259	4.201

* o quadro acima não contempla os ágios das adquiridas (Pandhora, TC Sfoggia, Abalustre) somando os valores R\$ 9.262.

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. Foram testados os ativos adquiridos em 2021 e os adquiridos em 2022 serão testados no próximo exercício.

Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 6 item h (i). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCS), foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

i) UGC SENCON:

Uma perda por impairment de R\$ 679 foi reconhecida em relação a UGC Sencon durante o exercício 2022, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 14% a.a., taxa de desconto de 16%, na perpetuidade foi considerado inflação de 3,2% adicionado de um crescimento real de 2%.

ii) UGC ECONOMÁTICA

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2022, o valor justo da UGC superou o Carrying amount, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 5% a.a., taxa de desconto de 16%, na perpetuidade foi considerado inflação de 3,2% adicionado de um crescimento real de 2%.

iii) UGC TC CRIPTO

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2022, o valor justo da UGC superou o Carrying amount, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 14% a.a., taxa de desconto de 20,2%, na perpetuidade foi considerado inflação de 3,2% adicionado de um crescimento real de 2%.



iv) UGC RI PRISMA

Não foi reconhecido perda referente a essa UGC durante o exercício 2022, o valor justo da UGC superou o Carrying amount, estando o valor contábil da UGC já representando o seu valor recuperável.

Para a apuração do valor justo da UGC foi utilizada a metodologia de fluxo de caixa descontado, tendo como principais premissas, crescimento médio da receita CAGR de 9% a.a., taxa de desconto de 20,2%, na perpetuidade foi considerado inflação de 3,2% adicionado de um crescimento real de 2%.

v) UGC ABALLUSTRE

Foi reconhecida, em relação a UGC Aballustre, uma baixa do valor total do goodwill durante o exercício 2022, no montante de R\$ 2.061, por não haver expectativa de recuperabilidade para a UGC.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	973	1.298	1.271	1.799
Provisão de férias e 13º salário	1.244	754	1.683	1.564
IRRF s/ folha a recolher	447	832	701	1.171
INSS a recolher	548	818	719	1.169
Outros	135	210	174	338
Total (j)	3.347	3.912	4.548	6.041

(i) A diminuição das obrigações sociais e trabalhistas foi motivado pela redução do quadro de funcionários da Companhia.

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recolher	94	260	192	322
PIS e COFINS a recolher	4	116	98	193
IRPJ e CSLL a recolher	-	214	739	840
ICMS – DIFAL	-	55	-	55
Impostos retidos	183	31	202	40
Total	281	676	1.231	1.450



16. Imposto de renda e contribuição social

Abaixo apresentamos a reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Apuração pelo Lucro Real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(II) (97.320)	(II) (19.040)
(+) Adições (i)	135.908	16.176
(-) Exclusões(ii)	(90.829)	(53.278)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(52.241)	(56.142)
IRPJ e CSLL diferido	15.061	20.241
Total – Despesa de Imposto de renda e contribuição social	(I) 15.061	(I) 20.241
Taxa efetiva (I)/(II)	(-)	(-)

- (i) As adições são substancialmente compostas por variação cambial de R\$22.703, resultado de derivativos no montante de R\$ 77.322, mais valia de R\$ 5.807, provisão de fornecedores de R\$ 5.948 e R\$ 24.128 de adições permanentes.
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação cambial R\$ 14.544, derivativos R\$ 54.774, provisões de fornecedores R\$ 5.948 e exclusões permanentes de R\$ 15.563.
- (ii) Em 2022 e 2021 não há alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Apuração pelo Lucro Real		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(94.371)	(17.212)
(+) Adições(i)	135.908	16.176
(-) Exclusões(ii)	(90.829)	(53.291)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(49.292)	(54.327)
Despesa com IRPJ e CSLL corrente	(2.663)	(1.828)
IRPJ e CSLL diferido	15.061	20.241
Total – Despesa de Imposto de renda e contribuição social	12.398	(I) 18.413
Taxa efetiva (I)/(II)	(-)	(-)

- (i) As adições são substancialmente compostas por variação cambial de R\$22.703, resultado de derivativos no montante de R\$ 77.322, mais valia de R\$ 5.807, provisão de fornecedores de R\$ 5.948 e R\$ 24.128 de adições permanentes.
- (ii) As exclusões são substancialmente compostas por variação cambial R\$ 14.544, derivativos R\$ 54.774, provisões de fornecedores R\$ 5.948 e exclusões permanentes de R\$ 15.563.
- (ii) Em 2022 e 2021 não há alíquota efetiva devido há base tributária estar negativa.

Ativo fiscal diferido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	29.625	19.088
Amortização de intangível – combinação de negócios	3.107	1.153
Variação cambial não realizada	2.502	-
Outras provisões	68	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	35.302	20.241



A seguir, está descrita a movimentação no resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Início do exercício	20.241	-
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	1.249	19.088
Amortização de intangível – combinação de negócios	3.107	1.153
Varição cambial não realizada	2.774	-
Varição Hedge	(272)	-
Outras provisões	68	-
Pagamento ações restritas	196	-
Varição SWAP	7.939	-
Final do exercício	35.302	20.241

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, estima recuperar os ativos fiscais diferidos, incluindo os créditos tributários decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, nos seguintes exercícios:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	1.879
2024	-	5.590
2025	-	9.853
2026	178	2.919
2027	2.211	-
2028	5.099	-
2029	5.710	-
2030	6.466	-
2031	7.327	-
2032	8.311	-
Total do ativo fiscal diferido	35.302	20.241

Adicionalmente a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal não constituídos, no montante acumulado de R\$ 16.591 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, conforme a lei 12.973/2014.

17. Passivo de contrato

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de clientes (serviços a prestar) (i)	2.796	4.269
Total	2.796	4.269

- (i) Os saldos de adiantamentos de clientes (serviços a prestar), referem-se aos contratos de prestação de serviços firmados até a data-base destas demonstrações contábeis, com a obrigação de prestação subsequente (período seguinte) dos serviços, conforme previsto nos termos contratuais, diante do recebimento financeiro ter ocorrido de forma antecipada ao reconhecimento da receita.



18. Arrendamentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos (Circulante)	3.489	3.662
Arrendamentos (Não circulante)	506	4.363
Total	3.995	8.025

O Grupo arrenda imóveis administrativos (“arrendamento de imóveis”) para consecução de suas atividades operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram 3 anos, sem opção de renovação automática do arrendamento após este período.

Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a NBC TG 06 (R2).

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

Controladora e Consolidado	
Saldo em 31/12/2020	2.991
Adição – novo arrendamento	6.737
Despesa de amortização do exercício	(2.584)
Incorporação	341
Amortização incorporação	(155)
Saldo em 31/12/2021	7.330
Adição	1.034
Despesa de depreciação do exercício	(3.883)
Baixa de arrendamento	(1.146)
Saldo em 31/12/2022	3.335

(ii) Valores reconhecidos no resultado

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos		
Juros sobre arrendamento	701	791

O Grupo não possui arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor reconhecidos como despesa.



(iii) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 12,8% a.a. (13,21% a.a. em 31 de dezembro de 2021), sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico do Grupo para a aquisição de um ativo em condições semelhantes. Os valores das prestações não descontadas e respectivos encargos financeiros futuros dos arrendamentos estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento de imóveis	4.264	9.171
(-) Encargos financeiros futuros	(269)	(1.146)
Valor presente dos arrendamentos de imóveis	3.995	8.025
Curto prazo	3.489	3.662
Longo prazo	506	4.363

A movimentação do arrendamento é conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	8.025	3.051
Adições – novo arrendamento de imóvel	1.034	6.737
Incorporação	-	214
Juros incorridos	701	791
Baixas	(1.067)	-
Pagamento de principal e juros	(4.698)	(2.768)
Saldo final	3.995	8.025

O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento encontra-se conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	3.662
2023	3.489	3.582
2024	506	781
Passivo circulante e não circulante	3.995	8.025

(iv) Potencial direito de PIS e COFINS

O indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	(4.698)	(3.998)	(2.768)	(2.366)
PIS/COFINS potencial (9,25%)	435	370	256	219



(v) Efeitos inflacionários

Os efeitos inflacionários no exercício de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGP-M média futura ao ano, para 3 anos, de 7,74% a.a., representam os seguintes montantes:

Controladora e Consolidado					
Direito de uso			Passivo de arrendamento		
Fluxo real	31/12/2022	31/12/2021	Fluxo real	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	3.335	7.330	Passivo de arrendamento	3.995	8.025
Depreciação	(3.309)	(2.739)	Despesa financeira	(701)	(791)
Fluxo inflacionado			Fluxo inflacionado		
Fluxo inflacionado	31/12/2022	31/12/2021	Fluxo inflacionado	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	3.594	7.899	Passivo de arrendamento	5.008	8.539
Depreciação	(3.565)	(2.577)	Despesa financeira	(832)	(856)

19. Outras Contas a pagar e dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a pagar Combinação de negócios (i)	10.680	8.055	10.680	8.055
Outras contas a pagar (ii)	2.916	5.210	3.237	5.380
Ações restritas (iv)	322	-	317	-
Subtotal	13.918	13.265	14.234	13.435
Dividendos a pagar (iii)	-	57	711	57
Total	13.918	13.322	14.945	13.492

- (i) Do saldo em aberto, R\$ 9.655 referem-se a contas a pagar pela aquisição da Pandhora. O restante do saldo trata-se de *earn-out* devido pela aquisição da TC Cripto e Arko Advice.
- (ii) Referem-se a contas a pagar a prestadores de serviços e outras contas a pagar.
- (iii) Refere-se a destinação de dividendos de controladas conforme artigo 202 da Lei 6.404.
- (iv) Trata-se do saldo outorgado de ações restritas, como forma de remuneração de prestadores de serviços pessoa jurídica, a ser liquidado em caixa após o cumprimento do período de elegibilidade, conforme divulgado na nota explicativa 22.

20. Provisões para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das suas operações.

Com base em informações de seus assessores jurídicos e análise de demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2022 o Grupo provisionou o montante de R\$ 225 referente a processos cuja expectativa de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2021).

Existem processos avaliados pelos assessores jurídicos do Grupo e classificados com risco de perda possível, no montante de R\$ 436 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.



21. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sfoggia Tax Tech Consultoria Ltda (i)	4.180	-	-	-
Arko Advice (ii)	33	-	33	-
Matrix	25	-	-	-
Pandora	296	-	-	-
Sócios			4.200	
Total	4.534	-	4.233	-

(i) A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas investidas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do seu plano de negócios, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

(ii) Dividendos a receber.

a) Operações com o pessoal chave da administração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	31/12/2022	31/12/2021
Sócios-Diretores Benefícios de curto prazo	2.250	2.462
Total	2.250	2.462

22. Patrimônio líquido

a. Capital social

Durante o 1º trimestre de 2021, através da 8ª Alteração do Contrato Social, os sócios aprovaram a transformação da TC Traders Club Ltda (sociedade empresária limitada) para TC Traders Club S/A (sociedade anônima). Em razão da transformação, os sócios aprovaram a conversão da totalidade das 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, em 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na razão de 1 (uma) para 40 (quarenta) ações, sem alteração da cifra do capital social, passando o capital social a ser representado por 200.000.000 (duzentas milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2021, com base em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 242, mediante a emissão de 3.811.960 (três milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e sessenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,0634 cada, fixado de acordo com o Artigo 170, § 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Referido aumento de capital foi efetivado entre os dias 1 e 7 de abril de 2021, passando o capital social da Companhia para R\$ 5.242, dividido em 203.811.960 (duzentos e três milhões, oitocentas e onze mil, novecentas e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.



Em 1º de abril de 2021, com base em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 468, mediante a emissão de 8.333.320 (oito milhões, trezentas e trinta e três mil e trezentas e vinte) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 0,05615161 cada, fixado de acordo com o Artigo 170, § 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. Referido aumento de capital foi efetivado nesta data mediante versão de 9.554 (nove mil quinhentas e cinquenta e quatro) quotas de emissão da adquirida CALC Sistemas de Gestão Ltda. ao patrimônio da Companhia, passando o capital social da Companhia para R\$ 5.710, dividido em 212.145.280 (duzentas e doze milhões, cento e quarenta e cinco mil e duzentas e oitenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 05 de julho de 2021, com base na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi aprovada a conversão das 728 (setecentos e vinte e oito) Debêntures em 12.140.769 (doze milhões, cento e quarenta mil e setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias da Companhia, nos termos da Cláusula 4.5.1(iv) da Escritura e da Cláusula 7.2 do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em 12.140.769 (doze milhões, cento e quarenta mil e setecentas e sessenta e nove) ações ordinárias, pelo preço de emissão de, aproximadamente, R\$5,99632527 por ação, fixado de acordo com o inciso I do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 de julho de 2021, com base na Reunião do Conselho de Administração (RCA), foi deliberado o aumento, dentro do limite de seu capital autorizado, do capital social da Companhia, no montante de R\$ 527.778, mediante a emissão de 55.555.556 (cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e cinco mil, quinhentas e cinquenta e seis) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de agosto de 2021, com base na Reunião do Conselho de Administração (RCA), foi deliberado o aumento, dentro do limite de seu capital autorizado, do capital social da Companhia, no montante de R\$ 17.153, mediante a emissão de 1.805.533 (um milhão, oitocentos e cinco mil, quinhentos e trinta e três) novas ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para 281.647.138 (duzentos e oitenta e um milhões, seiscentas e quarenta e sete mil, cento e trinta e oito) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é assim composto:

Ações Ordinárias	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de quotas	Participação %
Acionistas controladores	185.062.960	66,06	185.062.960	65,71
Administradores	13.360.867	4,77	13.360.867	4,74
Total	198.423.827	70,83	198.423.827	70,45
Ações em tesouraria	189.202	0,07	1.989.200	0,71
Ações em circulação (<i>Free Float</i>)	81.534.109	29,1	81.234.111	28,84
Total	81.723.311	29,17	83.223.311	29,55
Quantidade de ações	280.147.138	100,00	281.647.138	100,00
Total Capital Nominal (R\$ mil)	623.440		623.440	
Gastos com emissões de ações	(42.276)		(42.276)	
Total Capital Social	581.164		581.164	



A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia e independentemente de reforma estatutária, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de subscrição e integralização das ações emitidas.

b. Reserva de capital

A reserva de capital representa o valor justo de ações emitidas pela Companhia que excedeu o valor de emissão registrado como capital social. Durante o exercício findo em 2021, essa reserva foi constituída por: (i) R\$ 34.564 referente a parte de contraprestação transferida pela aquisição da CALC Sistemas de Gestão Ltda.; (ii) R\$ 119 referente ao ágio na venda de ações em tesouraria realizadas em 31 de março de 2021; e (iii) R\$ 1.957 originado pelos efeitos do reconhecimento do cancelamento do plano de remuneração baseado em ações. Durante o exercício findo em 2022, teve as seguintes movimentações: (i) cancelamento da quantidade 1.500.000 ações no valor de R\$ (10.117); (ii) R\$ (802) referente a diferença entre a baixa do custo das ações em tesouraria dadas como parte da contraprestação da aquisição da Pandhora e o valor justo das ações do TC, precificado em R\$ 3,766, definido conforme média simples dos pregões realizados entre as datas de 30 de setembro de 2022 e 14 de outubro de 2022; e (iii) R\$ 254 referente aos efeitos do reconhecimento de remuneração baseada em ações, conforme item (f) desta nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva era de R\$ 25.975.

c. Ações em tesouraria

- i) Em 21 de setembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, tendo como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da Administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Para este programa de recompra de ações, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e nos termos do programa, adquirir até 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia. O prazo máximo para a realização das operações é 15 de novembro de 2022.
- ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve a recompra de 1.989.200 ações ordinárias, totalizando R\$13.301, com o custo unitário máximo de R\$7,00 (sete reais), custo unitário mínimo de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos) e custo unitário médio de R\$ 6,74 (seis reais e setenta e quatro centavos). Essas ações representam 0,71% das ações ordinárias emitidas e em circulação pela Companhia.
- iii) Em 29 de setembro de 2022 o conselho de administração da Companhia ratificou o cancelamento antecipado do programa de recompra de ações da Companhia, aprovado em 21 de setembro de 2021 e alterado em 15 de novembro de 2021, bem como aprovou o encerramento antecipado, com efeitos a partir de 29 de setembro de 2022, do programa de alienação de ações da Companhia, aprovado em 16 de maio de 2022. Ainda, foi aprovado o cancelamento de 1.500.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, contra a reserva de capital da Companhia;
- iv) Em 19 de Outubro de 2022, na transação que envolveu a aquisição de 100% das quotas da Pandhora, parte da contraprestação foi realizada por meio de ações em tesouraria do TC S.A., no montante de 299.998 ações. O valor justo atribuído a tais ações foi obtido pela média simples de cotações na B3 e resultou no valor de R\$ 3,76 por ação, perfazendo um total de R\$ 1.128, registrado na rubrica de reserva de capital. Remanescem em tesouraria, com lastro na reserva de capital, 189.202 ações. Não houve qualquer redução ou alteração na cifra do capital social.



d. Reserva Legal

A Reserva legal é constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, limitados a 20% do capital social, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa reserva foi integralmente consumida pelo prejuízo do exercício (em 2021, era de R\$ 60).

e. Reservas de lucros

Conforme aprovado no Estatuto Social da Companhia em 3 de dezembro de 2021, do lucro líquido apurado no exercício, serão deduzidos, antes de qualquer destinação: **(a)** 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento), conforme a Lei das S.A.; **(b)** 5% (cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei das S.A.; e **(c)** o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral podendo ser aplicada na formação da reserva de lucros estatutária, que tem por fim reforçar o capital de giro da Companhia e financiar a manutenção, expansão e desenvolvimento de novos projetos e das demais atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, incluindo por meio de subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos. Essa reserva estatutária não poderá ultrapassar o total do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, essa reserva foi integralmente consumida pelo prejuízo do exercício (em 2021, era de R\$ 8.648).

f. Distribuição de resultados

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

g. Remuneração baseada em ações

Aprovação do Plano de Outorga de Opções

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações de Emissão do TC S.A. ("Plano"), com sua eficácia condicionada ao registro de Companhia Aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao início das negociações das ações da Companhia no segmento especial de listagem da Brasil, Bolsa e Balcão – B3, o Novo Mercado. Apenas após satisfeitas essas condições, poderão ser elaborados os programas que irão disciplinar a outorga de opções de compra aos administradores da Companhia. Até 31 de dezembro de 2022, não havia nenhum programa vigente.

Principais características do Plano – Opções de ações

De acordo com o Plano, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia as pessoas naturais que atuem como executivos, membros do Conselho de Administração, diretores estatutários e não estatutários, gerentes, supervisores, colaboradores e empregados da Companhia e de suas controladas e que, por serem considerados pessoas chave no desenvolvimento dos negócios da Companhia e das controladas, conforme vierem a ser escolhidos pelo Conselho de Administração da Companhia ou comitê especial criado para a administração do Plano para recebimento das opções.

O Conselho de Administração da Companhia ou o Comitê, conforme o caso, poderá criar Programas de Opção de Compra de Ações, nos quais constarão as condições específicas quanto aos Participantes, o número total de ações da Companhia objeto da outorga, a divisão da outorga em lotes e as respectivas regras específicas de cada lote, inclusive o preço de exercício e os prazos para exercício da opção.



Os objetivos do Plano são: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas, por meio da participação em conjunto com os demais acionistas da valorização das ações bem como dos riscos a que a Companhia está sujeita; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores, colaboradores e empregados que sejam considerados pessoas chave, oferecendo-lhes a possibilidade de, nos termos e condições previstos no Plano, se tornarem acionistas da Companhia.

As Opções outorgadas nos termos do Plano, considerando todos os Programas, poderão conferir aos Participantes direitos de aquisição sobre um número de Ações que não exceda 5% do capital social e o limite do capital autorizado da Companhia, observado ainda o limite de 1% do capital social por exercício social. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar privadamente ao Participante ações mantidas em tesouraria.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme aplicável, aprovará as outorgas de opções por meio dos Programas. Quando do lançamento de cada Programa, a Companhia celebrará com cada Participante um Contrato de Opção, que definirá pelo menos as seguintes condições: (i) o número de ações que o Participante terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício da opção e o preço de exercício, de acordo com os termos do Programa; (ii) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas limite para o exercício total ou parcial da opção e em que os direitos decorrentes da opção expirarão; (iii) eventuais normas sobre quaisquer restrições à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades para o descumprimento destas restrições; e (iv) quaisquer outros termos e condições, em consonância com o Plano e com o respectivo Programa.

O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato de Opção, com a aplicação, sobre esse valor, de um desconto de, no máximo, 20%, sem qualquer tipo de correção ou atualização ("Preço de Exercício"). O exercício das opções deverá ser realizado dentro do período de 90 dias contados do fim do prazo de carência estabelecido nos termos do Plano. No caso de opções outorgadas sem prazo de carência, o prazo de exercício será contado da data de celebração do Contrato de Opção.

Os Programas e os Contratos de Opção também deverão prever que, na hipótese de desligamento do Participante durante o período de restrição, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar a totalidade das ações de titularidade do Participante sujeitas ao período de restrição, pelo valor equivalente ao Preço de Exercício, atualizado pela SELIC, com um desconto de 20% ou o valor da cotação das ações na data de exercício da recompra pela Companhia, o que for menor, nos termos do Plano.

Na hipótese de desligamento do participante, salvo por força de falecimento ou invalidez permanente, a totalidade das opções não exercidas, mesmo aquelas cujo prazo de carência haja sido consumado, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Aprovação do Plano Ações restritas RSU

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2021 foi aprovado o Plano de Ações restritas RSU de Emissão da TC S.A.



Principais características do Plano – Ações restritas RSU

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de Ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, geração de valor, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) estimular a permanência dos empregados na Companhia ou em suas Controladas.

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano. O preço de exercício de cada uma das Opções outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Opção, corresponderá à média das cotações das ações da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores à data de assinatura do Contrato.

As ações outorgadas aos beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um “Lote”), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condições previstas (i) No fim do período de elegibilidade, varia entre 4 e 12 meses, 25% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (ii) No décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de vesting), 50% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário (iii) No vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário e (iv) No trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das ações poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas ações será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indenização ou ônus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das Ações Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as Ações Adquiridas e as Ações Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as Ações Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

	31/12/2022		
	Número de ações	Preço médio ponderado	Total
Em circulação no início do exercício	-		
Outorgadas durante o exercício (1)	252.000	4,62	1.164.240
Em circulação no final do exercício	252.000		1.164.240

- (1) Quantidade de ações outorgadas, sendo a sua liquidação realizada por meio de ações da Companhia, tendo como contrapartida o patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2022 o montante total da despesa e reserva de capital reconhecidos no exercício foi de R\$ 254.

As outorgas de ações restritas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
50.000	2025
202.000	2026
252.000	



Crêterios de mensura o do valor justo

O valor médio das a es foi calculado com base na média ponderada do preço das a es de emissão da companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.

Plano de Outorga de remunera o de presta o de serviços com remunera o atrelada a A es.

Em reunião do conselho de administra o realizada em 09 de novembro de 2022, foi aprovado o Plano de Outorga de remunera o de presta o de serviços com remunera o atrelada a A es da Companhia.

Principais características do Plano - Outorga de remunera o de presta o de serviços com remunera o atrelada a A es.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga do direito ao recebimento de A es aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administra o, sujeito a determinadas condi es, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, gera o de valor, o êxito e a consecua o dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) estimular a permanência dos terceiros na Companhia ou em suas Controladas.

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito deste Plano, A es representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total da Companhia na data de aprova o do Plano. O preço de exercício de cada uma das Op es outorgadas, a ser expressamente inserido em cada Contrato de Op o, corresponderá   média das cota es das a es da Companhia, ponderada pelo volume, nos 30 pregões da B3 anteriores   data de assinatura do Contrato.

As a es outorgadas aos beneficiários serão divididas em 4 (quatro) lotes, (sendo cada um deles um "Lote"), e poderão ser exercidas desde que cumpridas as condi es previstas (i) No fim do período de elegibilidade, varia entre 4 e 12 meses, 25% das a es poderão ser exercidas pelo beneficiário (ii) No décimo segundo mês após a elegibilidade (primeiro período de vesting), 50% das a es poderão ser exercidas pelo beneficiário (iii) No vigésimo quarto mês após a elegibilidade 75% das a es poderão ser exercidas pelo beneficiário e (iv) No trigésimo sexto mês após a elegibilidade 100% das a es poderão ser exercidas pelo beneficiário.

Caso o beneficiário não tenha cumprido com seu período de elegibilidade, a totalidade de suas a es será automaticamente extinta de pleno direito, sem qualquer direito de indeniza o ou  nus para companhia.

Na hipótese de desligamento do participante, o direito ao recebimento das A es Objeto nos termos do Plano será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indeniza o, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notifica o, nos seguintes casos: (a) mediante o distrato do Contrato por mútuo acordo; (b) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (c) nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, nos seguintes termos caso o Beneficiário seja Desligado do cargo exercido na Companhia por vontade da Companhia, sem Justo Motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as A es Adquiridas e as A es Não Adquiridas Antecipadas existentes na data do Desligamento, conforme aplicável, serão Transferidas no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do Desligamento; e (ii) as A es Não Adquiridas na data do Desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notifica o, e sem direito a qualquer indeniza o.

O plano poderá ser pago, total ou parcialmente, mediante uma das duas formas a seguir, cuja op o discricionária caberá   Companhia: (i) mediante a entrega de a es TRAD3, cujo número total será calculado mediante a divisão do Preço Performance pela média das cota es dos últimos 10 (dez) pregões anteriores   data de celebra o do Contrato, ponderado pelo volume negociado; e/ou (ii) em moeda corrente nacional, em valor equivalente   multiplica o do número de a es TRAD3 que seriam entregues na correspondente data de pagamento pela média das cota es nos últimos 10 (dez) pregões anteriores   respectiva Data de Elegibilidade.



	31/12/2022		
	Número de ações	Preço médio Ponderado	Total
Em circulação no início do exercício	-		
Outorgadas durante o exercício (1)	912.163	2,22	2.025.002
Em circulação no final do exercício	912.163		2.025.002

(1) Quantidade de ações outorgadas, sendo contabilizado na rubrica de outras contas a pagar, devido ao pagamento destes beneficiários ser realizado em caixa, apesar de o plano prever a possibilidade de pagamento por meio de ações, foi acordado entre as partes a liquidação dos valores em caixa, dessa forma, os valores foram inicialmente trazidos ao seu valor justo e são atualizados ao seu valor justo a cada data de fechamento. Na data base estão registrados na rubrica de outras contas a pagar e despesas gerais e administrativas no montante de R\$ 322.

As outorgas de remuneração emitidas têm as seguintes datas de vencimento:

Quantidade de ações	Data de vencimento
109.827	2025
802.336	2026
912.163	

Crítérios de mensuração do valor justo

O valor médio das ações foi calculado com base na média ponderada do preço das ações de emissão da companhia apurado ao fim dos últimos 30 pregões anteriores ao fim do período de elegibilidade.

23. Receita

O Grupo gera receitas através das vendas de assinaturas e treinamentos para desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial, realizados através da plataforma (Web e App) do TC e através das atividades operacionais de suas controladas

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com serviços – B2C	60.503	82.774
Receita com serviços – B2B	3.053	3.785
Impostos sobre as receitas	(7.817)	(10.623)
Total	55.739	75.936

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita com serviços – B2C	61.572	92.025
Receita com serviços – B2B	30.602	11.262
Impostos sobre as receitas	(9.737)	(11.684)
Total	82.437	91.603



Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Assinaturas	As faturas para a venda de assinaturas são emitidas mensalmente e normalmente os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida ao longo do tempo pelo método linear desde a data de liberação do acesso até a data do vencimento da assinatura. Para os clientes que efetuam o pagamento a vista, o excedente recebido é registrado como passivo de contrato no passivo circulante.
Cursos e Treinamentos	Os clientes obtêm controle dos cursos e treinamentos quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o treinamento a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista. Todos os cursos oferecidos dão a possibilidade para o cliente de solicitar a devolução de seu pagamento em até 7 dias após a compra caso o cliente não se adapte à metodologia aplicada nos treinamentos.	A receita é reconhecida 7 dias após a liberação do acesso dos clientes aos treinamentos adquiridos.
Calculadora de Imposto de renda	Os clientes obtêm controle da calculadora quando seu acesso é disponibilizado na plataforma, podendo o cliente realizar o cálculo para o mês e CPF/CNPJ contratado a qualquer momento e por prazo indeterminado. Os clientes parcelam o pagamento via cartão de crédito em 12 parcelas mensais ou efetuam o pagamento a vista.	A receita é reconhecida após a liberação do acesso dos clientes a calculadora.



24. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados por terceiros	(46.988)	(30.179)
Serviços de marketing	(5.956)	(17.600)
Manutenção do sistema (plataforma)	(7.073)	(8.912)
Despesas de manutenção	(8.599)	(3.812)
Pessoal (i)	(43.217)	(28.494)
Depreciação e amortização	(16.081)	(5.136)
Cursos e treinamentos	(958)	(650)
Cancelamento plano de opção de ações	-	(1.957)
Ações restritas (ii)	(576)	-
Impairment	(2.740)	-
Outras	(12.753)	(6.155)
Total (i)	(144.941)	(102.895)
Custo do serviço prestado	(34.610)	(30.680)
Despesas com vendas e marketing	(21.981)	(17.601)
Despesas gerais e administrativas	(82.907)	(56.695)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(5.443)	2.081
Total	(144.941)	(102.895)

(i) O aumento foi motivado pelo crescimento na operação e no quadro de colaboradores da Companhia.

(ii) Despesa com plano de outorga de ações restritas.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados por terceiros	(49.408)	(33.233)
Serviços de marketing	(6.625)	(18.421)
Manutenção do sistema (plataforma)	(10.514)	(8.940)
Despesas de manutenção	(8.599)	(4.327)
Pessoal (i)	(61.313)	(34.957)
Depreciação e amortização	(17.334)	(8.740)
Cursos e treinamentos	(1.087)	(753)
Cancelamento plano de opção de ações	-	(1.957)
Ações restritas (ii)	(576)	-
Impairment	(2.740)	-
Outras	(14.487)	(7.088)
Total (i)	(172.683)	(118.416)
Custo do serviço prestado	(43.444)	(35.618)
Despesas com vendas e marketing	(26.701)	(18.425)
Despesas gerais e administrativas	(96.406)	(66.431)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.132)	2.058
Total	(172.683)	(118.416)

(i) O aumento foi motivado pelo crescimento na operação e no quadro de colaboradores da Companhia e suas controladas.

(ii) Despesa com plano de outorga de ações restritas.



25. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	27.867	12.127
Descontos obtidos	1.415	23
Outras receitas financeiras	296	125
Variação Cambial	14.530	-
Ganhos com derivativos	43.456	-
Total da receita financeira	87.564	12.275
Despesa financeira		
IOF	(161)	(483)
Despesas bancárias	(47)	(82)
Juros passivo	(502)	(608)
Variação cambial	(22.753)	(161)
Juros sobre arrendamento	(701)	(791)
PIS/CONFINS sobre receita financeira	(1.096)	(509)
(-) Perdas com derivativos	(66.005)	-
Total da despesa financeira	(91.265)	(2.634)
Resultado financeiro, líquido (i)	(3.701)	9.641

- (i) O aumento no rendimento das aplicações financeiras decorre dos valores captados na oferta pública de ações (IPO). As receitas e despesas financeiras também tiveram aumento pelo reconhecimento dos efeitos dos derivativos, conforme nota explicativa 27, bem como pelo registro da variação cambial, por competência, de ativos financeiros da Companhia.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	28.103	12.127
Descontos obtidos	1.416	23
Outras receitas financeiras	300	127
Ganhos com derivativos	43.456	-
Variação Cambial	14.530	-
Total da receita financeira	87.805	12.277
Despesa financeira		
IOF	(166)	(491)
Despesas bancárias	(95)	(108)
Juros passivo	(581)	(615)
Variação cambial	(22.749)	(162)
Juros sobre arrendamento	(701)	(791)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.094)	(510)
(-) Perdas com derivativos	(66.005)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(2)
Total da despesa financeira	(91.392)	(2.679)
Resultado financeiro (i)	(3.587)	9.598



- (i) O aumento no rendimento das aplicações financeiras decorre dos valores captados na oferta pública de ações (IPO). As receitas e despesas financeiras também tiveram aumento pelo reconhecimento dos efeitos dos derivativos, conforme nota explicativa 27, bem como pelo registro da variação cambial, por competência, de ativos financeiros da Companhia.

26. Resultado por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) / Lucro do exercício - Controladora	(82.259)	1.201
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	281.264.946	243.228.953
(Prejuízo) / Lucro básico por ação ordinária	(0,292461)	0,004938
(Prejuízo) / Lucro do exercício - Consolidado	(81.973)	1.201
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	281.264.946	249.413.256
(Prejuízo) / Lucro diluído por ação ordinária	(0,291444)	0,004815

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período e/ou exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o resultado e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021 não havia nenhum instrumento com efeito diluidor e o plano de pagamento de ações restritas não foram incluídas no cálculo do resultado por ação diluído, porque são antidiluidores para o prejuízo do exercício.

27. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

Após a aprovação pelo conselho de administração, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para a troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação exclusivamente financeira TRS (Total Return Swaps).

A finalidade da operação é aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Foram vinculadas aplicações financeiras para garantia da operação (vide nota explicativa nº7).



Em 31 de dezembro de 2022 a posição desses contratos de SWAP é como segue:

Tipo	Moeda	Qtde. Ações	Ativo / Passivo	Vencimento	Nocional – R\$	Resultado financeiro líquido
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	382.400	ações TRAD3 / CDI + 3%	06-abr-23	1.472	(798)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	26-abr-23	2.501	(1.671)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	192.700	ações TRAD3 / CDI + 3%	24-abr-23	771	(431)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	887.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	17-abr-23	3.550	(1.991)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	300.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	10-abr-23	1.140	(608)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	25-abr-23	2.351	(1.505)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	308.500	ações TRAD3 / CDI + 3%	17-mai-23	1.410	(870)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	500.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	18-mai-23	2.271	(1.393)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	287.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	19-mai-23	1.364	(865)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	100.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	23-jun-23	700	(538)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	11.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	12-jun-23	64	(45)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	550.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	05-jun-23	3.769	(2.892)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	1.335.800	ações TRAD3 / CDI + 3%	07-jun-23	8.684	(6.506)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	520.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	27-jun-23	3.482	(2.619)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	57.300	ações TRAD3 / CDI + 3%	26-jun-23	407	(314)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	250.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	25-out-22	747	(215)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	300.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	10-nov-23	716	(66)
EQUITY SWAP-BOLSA	R\$	600.000	ações TRAD3 / CDI + 3%	10-nov-23	1.324	(22)
Total líquido		7.581.700			36.723	(23.349)



Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta abaixo a análise de sensibilidade dos ativos financeiros derivativos, atrelados à variação do preço das ações TRAD3 como ponta ativa e como ponta passiva 100% do CDI + 3% a.a.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia na operação de SWAP, com a exposição aplicável a variação de preço da ação TRAD3 e da flutuação da taxa CDI. O cenário razoavelmente possível foi calculado, para a ponta ativa do SWAP, pela Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95%, com base nas cotações históricas da Companhia, assumindo que essa variação pode ocorrer valorizando ou desvalorizando a ação TRAD3, sendo que para a ponta passiva foi considerada a expectativa da taxa CDI, com base na divulgação da taxa Selic futura pelo Boletim Focus, do Bacen:

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2022 – volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível -50,78%	Provável
				31/12/2022	2023	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAD3	36.723	7.581.700	2,22	1,15	(7.843)
SWAP - Ponta passiva	CDI + 3%	100,00%	(36.723)	13,15%	12,00%	(1.708)
SWAP – Aplicação financeira	Pré fixado 13,5%	100,00%	36.723	13,50%	13,50%	1.537
Total						(8.014)

Cenário de valorização da ação TRAD3

Instrumento financeiro	Indexador	Valor inicial	Posição em 31/12/2022 – volume de ações	Cenário		
				Base	Cenário razoavelmente possível +50,78%	Provável
				31/12/2022	2023	Efeito no resultado
SWAP - Ponta ativa	VaR Ações TRAD3	36.723	7.581.700	2,22	3,29	7.843
SWAP - Ponta passiva	CDI + 3%	100,00%	(36.723)	13,15%	12,00%	(1.708)
SWAP - Aplicação financeira	Pré fixado 13,5%	100,00%	36.723	13,50%	13,50%	1.537
Total						7.672



Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, ativos financeiros, arrendamento, derivativos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2022		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	6.774	-	6.774
Aplicação financeira	136.771	-	136.771
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-	37.945
Contas a receber	-	6.618	6.618
Ativos Financeiros	-	80.300	80.300
Total	181.490	86.918	268.408
Passivos			
Outras contas a pagar	-	13.918	13.918
Arrendamento	-	3.995	3.995
Derivativos	22.549	-	22.549
Total	22.549	17.913	40.462

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2022		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	8.534	-	8.534
Aplicação financeira	139.079	-	139.079
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-	37.945
Contas a receber	-	9.340	9.340
Ativos Financeiros	-	80.300	80.300
Total	185.558	89.640	275.198
Passivos			
Outras contas a pagar	-	14.234	14.234
Arrendamento	-	3.995	3.995
Derivativos	22.549	-	22.549
Total	22.549	18.229	40.778



Instrumentos financeiros	Controladora		
	31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	3.260	-	3.260
Aplicações financeiras	310.161	-	310.161
Contas a receber	-	14.348	14.348
Total	313.421	14.348	327.769
Passivos			
Outras contas a pagar	-	13.265	13.265
Arrendamento	-	8.025	8.025
Total	-	21.290	21.290

Instrumentos financeiros	Consolidado		
	31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Bancos	5.618	-	5.618
Aplicações financeiras	312.815	-	312.815
Contas a receber	-	15.034	15.034
Total	318.433	15.034	333.467
Passivos			
Outras contas a pagar	-	13.435	13.435
Arrendamento	-	57	57
Total	-	8.025	8.025
		21.517	21.517

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a. Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



Instrumentos financeiros	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos – Nível 2		
Bancos	6.774	3.260
Aplicações financeiras	136.771	310.161
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-
Total	181.490	313.421
Passivo- Nível 2		
Derivativos	22.549	-
Total	22.549	-

Instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos – Nível 2		
Bancos	8.534	5.618
Aplicações financeiras	139.079	312.815
Aplicações financeiras vinculadas	37.945	-
Total	185.558	318.433
Passivo- Nível 2		
Derivativos	22.549	-
Total	22.549	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

b. Fatores de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco cambial.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo.



i. Risco de crédito

O Grupo está sujeito ao risco da inadimplência dos seus clientes, tanto pelo não pagamento dos serviços prestados ou produtos disponibilizados, como pelo não cumprimento de disposições contratuais. Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações perante o Grupo poderão resultar em perdas, bem como afetar o seu resultado operacional.

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos do Grupo, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. O Grupo conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, bem como possui acesso ao mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, acessar instituições financeiras e o mercado de capitais podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos do Grupo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento do Grupo.

iii. Risco de mercado

Os negócios do Grupo dependem principalmente de usuários que adquirem as assinaturas e treinamentos em sua plataforma online. Uma redução na procura pelos produtos ofertados pelo Grupo poderá afetar os ganhos do Grupo.

iv. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de seus investimentos em dólar na 2TM Holding Company Ltda, conforme descrito na nota explicativa nº 10. Com o objetivo de proteção desse risco, a Companhia contratou derivativos de câmbio no montante aproximado de 60% da exposição conforme apresentado a seguir.

Tipo	Moeda	Quantidade Mini Dólar	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nacional atualizado	Financeiro líquido a realizar
			WDO FUTUTURO /			
WDO	USD	900	USD vs R\$	02-jan-23	44.267	800

v. Análise de Sensibilidade

Conforme mencionado no item iv acima, a Companhia possui investimentos em dólar na 2TM Holding Company Ltda. Abaixo segue a análise de sensibilidade dos investimentos citados, cujo valores estão expostos à variação do dólar dos Estados Unidos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.



No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia na operação de proteção, com a exposição aplicável a variação do Dólar dos Estados Unidos, baseado em análise do índice. O cenário razoavelmente possível foi calculado considerando a expectativa de cotação futura do dólar, divulgado, na data-base, pelo Boletim Focus, do Bacen:

Instrumento financeiro	Indexador	Posição em 30/09/2022	Cenário		
			Base	Cenário razoavelmente possível	Provável
				2023	Efeito no resultado
WDO - Futuro	USD	USD 9.000	4,92	5,27	(3.164)
Ativo Financeiro em dólar		USD 15.000	4,92	5,27	5.273
Efeito Líquido					2.109

28. Segmentos operacionais

A Administração do Grupo, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis são regularmente revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento operacional, que são as prestações de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional e gerencial com foco na área financeira e empresarial e, portanto, considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

29. Transações não caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	30/12/2021	31/12/2022	30/12/2021
Transações de investimento				
Earn-out	(1.026)	-	(1.026)	-
Adição de direito de uso	1.034	6.737	1.034	6.737
Baixa de direito de uso	(1.146)	-	(1.146)	-
Aquisição CALC	-	42.619	-	42.619
Mais valia controladas	-	-	-	-
Aquisição Pandhora	(9.654)	-	(9.654)	-
Total	(10.792)	49.356	(10.792)	49.356
Transações de financiamento				
Outras contas a pagar – Earn-out	(1.026)	-	(1.026)	-
Baixa de arrendamento	1.034	-	1.034	-
Adição de contrato de arrendamento	1.067	6.737	1.067	6.737
Total	1.075	6.737	1.075	6.737



30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía cobertura de seguros para: i) o imóvel arrendado, cujo valor total da cobertura do seguro contratado era de R\$ 56.490; ii) proteção de dados, cujo valor total da cobertura do seguro contratado era de R\$ 6.770. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura total para o imóvel arrendado era de R\$56.779.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros e suas premissas.

31. Eventos subsequentes

Encerramento da atuação de Rafael Ferri no TC e início de negociações para venda de sua posição acionária

Em 9 de fevereiro de 2023 o TC informou, por meio de Fato Relevante, que a Companhia e o Sr. Rafael Ferri encerraram, em comum acordo, o Contrato de Prestação de Serviços (“Contrato”) que mantinham vigente.

Com o encerramento do Contrato, Rafael Ferri deixou de exercer qualquer atividade relacionada à Companhia, inclusive de contribuidor da plataforma TC.

Além disso, o TC informou que estão sendo iniciadas as tratativas para alienação das ações de emissão da Companhia detidas pela Startups BR, empresa controlada por Rafael Ferri, com investidores estratégicos e/ou financeiros. A intenção é de que a operação seja realizada através de uma venda privada, fora do ambiente de bolsa.

Eleição de vice-presidente

Em 13 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição do Sr. Pedro Henrique Feres (“Feres” ou “PH”) ao cargo de Diretor Vice-Presidente (“Vice-Presidente”) da Companhia.

Com ampla experiência no mercado financeiro e com corretora de valores, Feres já atuou em empresas como Santander, Link Investimentos (atual Banco UBS), Itaú BBA, atuou como Managing Director na Terra Investimentos entre 2015 e 2022, momento em que ingressou na Companhia como Diretor Executivo para operacionalizar a corretora do TC.

O cargo foi criado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2022 e visa o aprimoramento da estrutura de governança e da gestão dos negócios e atividades da Companhia, além de contribuir para maior eficiência na tomada de decisões. Ademais, frente ao cargo de Vice-Presidente, PH atuará - em conjunto com o CEO, Pedro Albuquerque Filho e demais executivos - na missão de expandir e acelerar o segmento transacional do TC.

Atualizações sobre o vídeo criminoso divulgado contra a companhia

- Em 31 de janeiro de 2023, foi veiculado na imprensa a conclusão de perícias (“Perícias”) emitidas por Perito Criminal Federal vinculado ao Setor Técnico-Científico – Núcleo de Criminalística (“SETEC”), órgão máximo para perícias científicas da Polícia Federal que visam identificar a pessoa envolvida no vídeo criminoso divulgado contra o TC.

Essas Perícias - que comparam a imagem e a voz da palhaça do vídeo apócrifo com as de uma amiga íntima do CEO da Empiricus, empresa do banco BTG Pactual, em vídeo de evento pessoal disponibilizado no YouTube – apresentaram o resultado “nível +3”, um dos mais elevados da escala utilizada, “corroborando fortemente com a hipótese de se tratar da mesma pessoa” em ambos os casos, ou seja, tanto na comparação visual quanto na de voz.



- Em 1 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou uma coletiva de imprensa que contou com a participação de Tomás Barros, Head Jurídico da Companhia, Roberto Podval, Advogado Criminalista, e Luciano Godoy, Advogado Cível. Em linhas gerais, no evento foi realizada uma breve atualização sobre os acontecimentos mais recentes relacionados ao caso do vídeo utilizado para manipular o mercado e atacar a reputação do TC.

O vídeo da coletiva na íntegra poderá ser acessado no canal do TC no YouTube (@tcinvestimentos), pelo link <https://youtu.be/xq1urz9PIv8>, e na própria plataforma do TC, na função “Vídeos”, cujos apps estão disponíveis na App Store (iOS) e Play Store (Android).

- Em 10 de fevereiro de 2023, foi divulgado um Laudo Prosopográfico (“Laudo”) emitido por área subordinada à Diretoria de Polícia Administrativa da Polícia Federal, com análise da comparação apenas das imagens, sem análise vocal. Este Laudo foi produzido por papiloscopistas, profissionais responsáveis sobretudo por identificações de impressões digitais e retratos falados. Este segundo Laudo, feito em apenas sete dias úteis e solicitado após a conclusão positiva do laudo oficial feito pelo setor competente para tal, indicou um resultado diverso, negativo.

As considerações técnicas e jurídicas acerca do Laudo estão sendo devidamente tratadas pela Companhia nos autos do inquérito, que segue confiante no trabalho das autoridades competentes para que os responsáveis sejam devidamente identificados e responsabilizados.

Conversão do instrumento de investimento na 2TM

Em Fato Relevante divulgado em 6 de outubro de 2021, a Companhia divulgou a celebração do Contrato de Investimento via aquisição de Notas Conversíveis de emissão da 2TM Holding Company Ltd. (“2TM”), no valor total de US\$ 15 milhões, (“Convertible Notes”). Essas Convertible Notes poderiam ser convertidas em ações de emissão da 2TM, caso verificados determinados eventos de liquidez previstos em sua escritura, seguindo práticas usuais de mercado.

Diante do exposto acima, a Companhia informa que as Convertible Notes foram totalmente convertidas, totalizando 135.738 ações representativas de 1% de participação na 2TM.

Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu por unanimidade que uma decisão definitiva favorável as empresas sobre tributos recolhidos de forma continuada perderão seu efeito caso posteriormente o STF a julgue de forma contrária.

A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição. A Companhia ainda avaliou outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida e não há causas com trânsito em julgado favorável a Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, portanto, nenhum impacto foi observado na presente Demonstração contábil individuais e consolidadas da Companhia.

* * *



São Paulo, 13 de março de 2023

Ao
Conselho de Administração
TC S.A.

Como parte das atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário (**Comitê de Auditoria**) da **TC S.A.** ou **Companhia**, reportamos, neste relatório, os principais assuntos acompanhados por este Comitê de Auditoria sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de **31 de dezembro de 2022**, bem como outras atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria até o momento. Cabe destacar que, referido Comitê de Auditoria foi instituído em maio de 2021, através de alteração do Estatuto Social da Companhia.

1. Informações iniciais

O Comitê de Auditoria da **TC S.A.** é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração. É composto por um membro independente do Conselho de Administração, o qual figura como Coordenador do Comitê de Auditoria. Os demais membros são especialistas do Comitê de Auditoria. Os integrantes do Comitê de Auditoria são nomeados pelo Conselho de Administração a cada dois anos e leva em consideração os critérios constantes da legislação, no seu regimento interno e regulamentações aplicáveis as melhores práticas internacionais.

O Comitê de Auditoria da **TC S.A.** encontra-se, nesta data, composto pelos seguintes membros:

- Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho | **Coordenador do Comitê de Auditoria**
- Eduardo Rota | **Membro do Comitê de Auditoria**
- Fabricio La Gamba | **Membro do Comitê de Auditoria**

2. Atribuições e responsabilidades

A Administração da **TC S.A.** é a responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para a coleta de dados necessários ao preparo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração é, também, responsável pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis adequados, dos fatores de risco da Companhia.



A Diretoria Executiva é responsável por supervisionar, entre outras atividades, os ambientes de controles internos, de *compliance* e riscos corporativos da Companhia. Adicionalmente, tem como responsabilidade prover informações que subsidiem a atuação do Comitê de Auditoria da **TC S.A.**

A Auditoria Interna tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da **TC S.A.** e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com vistas a emitir relatório sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e de controles internos, além dos relatórios sobre as revisões especiais trimestrais para fins de atendimento a requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários.

As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, que contempla os deveres definidos na Instrução nº CVM 509/11.

O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna e Compliance, os quais abrangem a eficácia dos controles internos, bem como os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

3. Atividades do Comitê de Auditoria

Conforme previsto em seu Estatuto Social, através da alteração aprovada em AGE realizada em 19 de maio de 2021, a Companhia constituiu seu Comitê de Auditoria, naquela data. Durante o exercício de 2022, tal Comitê de Auditoria realizou, no mínimo, reuniões mensais com membros da Diretoria e Gerência Executiva da Companhia e com os auditores independentes responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras intermediárias – ITR (31/03/2022; 30/06/2022; e 30/09/2022) e demonstrações financeiras de 31/12/2022, além de outros interlocutores.

3.1. Reuniões com a Diretoria e Gerência

O Comitê de Auditoria reuniu-se com Diretores Executivos, Gerentes Executivos e suas respectivas equipes para discutir as estruturas, o funcionamento das respectivas áreas, seus processos de trabalho, eventuais deficiências nos sistemas de controles e planos de melhorias.



Dentre as matérias que demandaram mais atenção do Comitê de Auditoria, destacaram-se:

- a) Aprovação do calendário anual de reuniões para o exercício de 2022.
- b) Apresentação do Plano de Trabalho das áreas de Controles, Riscos e Compliance para o exercício de 2022.
- c) Acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TC S.A.**, mediante reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das demonstrações financeiras intermediárias (ITR) e das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- d) Acompanhamento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da auditoria independente, bem como quanto ao monitoramento das providências adotadas (planos de ação) pela Administração. Cabe destacar que, o relatório formal dos auditores independentes sobre melhorias nos controles internos será emitido até o final de março de 2023;
- e) Monitoramento do programa de Compliance, do plano proposto e atividades executadas ao longo do ano pela Companhia; e
- f) Monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, avaliação de plano de trabalho do ano e das respectivas política relacionadas ao tema.

3.2. Auditoria Interna

Os trabalhos de auditoria interna realizados durante o exercício de 2022, foram conduzidos pelo time de auditoria interna da Companhia e consultores terceirizados. Cabe destacar que, o mapeamento dos controles internos e processos da Companhia e suas controladas não se restringem a esses trabalhos realizados pelo time de auditoria interna.

Abaixo apresentamos as principais atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria junto ao time de auditoria interna e Compliance da Companhia e suas controladas:

- Apresentações sobre a estrutura de profissionais dos times de auditoria interna e Compliance;
- Apresentações sobre os trabalhos realizados durante o ano de 2022, que focaram para auditoria interna, nas seguintes principais áreas:
 - Implementação de controles de TI (Concluído pela PWC no 1T/22);
 - Contas a pagar;
 - Despesas com marketing, publicidade e eventos;
 - Contratação de serviços;
 - Compras;
 - Vendas e faturamento; e
 - Outros trabalhos pontuais.



- Definição de critérios para aprimoramento da matriz de riscos da Companhia, visando melhorar o direcionamento dos trabalhos de auditoria interna e Compliance. Adicionalmente, foi discutida à necessidade de definição de indicadores (KPI) para acompanhamento dos riscos;
- Acompanhamento recorrente dos indicadores do comitê de ética; canal de denúncias; e programa de GRC da Companhia e suas controladas; e
- Além das atividades supramencionadas, o Comitê de Auditoria realizou reuniões pontuais para análise de relatórios emitidos pelo time de auditoria interna e Compliance, iniciou discussões sobre os trabalhos de ESG realizados pela Companhia, dentre outras atividades.

O Comitê de Auditoria entende que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos estão sendo encaminhados pela Companhia e encontram-se em fase de aprimoramento, considerando-se que o IPO da Companhia ocorreu em 2021.

3.3. Auditoria Independente

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes – Grant Thornton Brasil, para obter informações sobre a política de manutenção da independência na execução dos trabalhos e decidir sobre a inexistência de conflitos de interesse em outros trabalhos, que não os de Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a eles solicitados pela Diretoria Executiva.

Foram, ademais, discutidos: a análise de risco de auditoria efetuada pela Grant Thornton Brasil, o planejamento dos trabalhos visando estabelecer a natureza, a época e a extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, bem como os possíveis pontos de atenção identificados e como seriam tratados nos trabalhos de auditoria.

Ao término dos trabalhos de cada revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias (ITR) realizadas ao longo de 2022, foram discutidos os principais aspectos e conclusões sobre as revisões realizadas pelos auditores independentes. No início dos trabalhos preliminares e finais da auditoria de 31/12/2022, foram rediscutidas, em reuniões específicas, as áreas de risco de auditoria, os principais procedimentos a serem aplicados e as respectivas conclusões.

Todos os temas considerados relevantes foram abordados, com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle.

O Comitê de Auditoria procedeu à avaliação formal da auditoria independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação à sua independência.



4. Conclusão

Consideradas devidamente as responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, o Comitê de Auditoria da **TC S.A.** julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas, relativas a 31 de dezembro de 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Atenciosamente,

Edison Ticle de Andrade Melo e Souza Filho
Coordenador – Comitê de Auditoria
Membro do Conselho de Administração

Eduardo Luiz Rota
Comitê de Auditoria

Fabricio La Gamba
Comitê de Auditoria



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Pedro Machado
Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 14 de março de 2023

Pedro Machado
Diretor de Relações com Investidores